



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE TECNOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS**

INÊS PRATA GIRÃO

**PROCESSOS COMUNICATIVOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS:
*INFORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NO COMITÊ DA SUB-BACIA
HIDROGRÁFICA DO SALGADO, CEARÁ***

FORTALEZA

2014

INÊS PRATA GIRÃO

PROCESSOS COMUNICATIVOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS:
INFORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NO COMITÊ DA SUB-BACIA
HIDROGRÁFICA DO SALGADO, CEARÁ

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Gestão dos Recursos Hídricos da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Marisete Dantas Aquino, PhD

FORTALEZA

2014

G515p

Girão, Inês Prata

Processos comunicativos na gestão dos recursos hídricos: informação e mobilização no comitê da sub-bacia hidrográfica do Salgado, Ceará / Inês Prata Girão – 2014.

95 f.: il. Color

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado Profissional em Gestão dos Recursos Hídricos da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre, Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: Recursos Hidricos

Orientação: Dr.^a Marisete Dantas Aquino

1. Recursos Hidricos. 2. Comunicação. 3. Gestão Participativa. 4. Comitê de Bacia

INÊS PRATA GIRÃO

PROCESSOS COMUNICATIVOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS:
INFORMAÇÃO E MOBILIZAÇÃO NO COMITÊ DA SUB-BACIA
HIDROGRÁFICA DO SALGADO, CEARÁ

Dissertação apresentada à Coordenação do
Curso de Mestrado Profissional em Gestão dos
Recursos Hídricos da Universidade Federal do
Ceará como requisito parcial para a obtenção
de título de Mestre.

Aprovada em: 26 / 02 / 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marisete Dantas Aquino (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Francisco Suetônio Bastos Mota
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Francisco José Freire Araújo
Universidade de Fortaleza

A minha irmã, professora Rita Prata Girão (*in memoriam*), exemplo em disciplina, gosto pelo estudo e desejo de saber mais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela fé que me faz crer que o conhecimento e o esforço serão revertidos para o bem, e partilhados com muitos.

À Secretaria dos Recursos Hídricos, pela oportunidade deste curso.

Aos irmãos, Luce, Myriam, Sérgio, Mariah e Ana, que contribuíram para fazer render o tempo e a coragem.

Ao João Sérgio e aos meus filhos Nina e Pedro, pelo que abriram mão.

Às minhas amigas Andréa Pinheiro e Anamélia Lima, que me fizeram acreditar e apostar neste desafio.

Aos professores e colegas, pelo carinho e atenção.

À professora doutora Marisete Dantas Aquino, pela orientação.

Ana Rita Araújo e Ana Carolina Lessa Dantas, pelo auxílio e o apoio imensurável.

A Secretaria Executiva e ao colegiado do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Salgado, pela acolhida e colaboração.

“Pois, se os homens tiveram necessidade da palavra para aprender a pensar, tiveram muito mais necessidade ainda de saber pensar para encontrar a arte da palavra...”. (Jean Jacques Rousseau)

RESUMO

Este trabalho trata das relações comunicativas no âmbito do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Salgado-CE, no Cariri, buscando avaliar a comunicação como estratégia de mobilização do colegiado e suas práticas entre os segmentos; os membros e seus representados; o colegiado e o Poder Público; e o colegiado e a comunidade. Observou-se o processo comunicativo sob o ponto de vista da linguagem, da partilha de informações, do relacionamento institucional e da construção de vínculos com a sociedade. Foram realizadas entrevistas abertas e aplicados questionários a 50% dos membros do CSBH do Salgado, os quais afirmam não ter problemas com a compreensão da linguagem científica, mas entendem que a informação não é partilhada completamente. O segmento do Poder Público aparece como o que tem menor representatividade, e o colegiado demonstra interesse na busca de uma participação mais efetiva na vida da bacia hidrográfica. Feita a análise dos resultados, concluiu-se que o acesso ao conhecimento e à informação foram mecanismos de empoderamento, bem como suportes, para os avanços do grupo, porém o colegiado ainda não atingiu um nível no qual a partilha se realize completamente através da comunicação dialógica descrita pelos autores das ciências da Comunicação e da Educação. Para que tal aconteça, foram colocadas recomendações, como a oferta de cursos abertos aos conselheiros e à comunidade, utilizando-se de novas metodologias de comunicação, que facilitem a compreensão do conteúdo técnico, tal como a animação gráfica por computação, e permitindo o acesso semipresencial e/ou à distância. Foi sugerida, ainda, a produção de uma revista radiofônica para difusão, em linguagem acessível, de conceitos científicos na área de recursos hídricos, com a intenção de abrir um debate sobre o assunto e ampliar o diálogo com a sociedade.

Palavras-chave: Comunicação. Gestão Participativa. Comitê de Bacia. Rio Salgado-Ce.

ABSTRACT

This paper addresses the communicative relationships between those who make up the Committee of Sub-Basin Salgado, in the region of Cariri, Ceara, in light of both language and information sharing, considering the relationship between the members of the collegiate and the government as well as the status of representation within this group and the community. Open interviews and questionnaires were applied to 50% of the members of the Salgado Basin Committee, who claim to have no problems with the understanding of scientific language, but consider that the information is retained and not shared. The segment represented by the government appears to be the less representative collegiate and demonstrates interest in having a more effective participation in the “life” of the basin. Once the results were analyzed, recommendations were made to ensure the democratization of knowledge and information, respecting the different levels of education and widening the dialogue with the society. After analysing the results, it is concluded that the access to knowledge and information were mechanisms of empowerment, as well as support for the progress of the group. Nevertheless the college has not yet reached a level where sharing takes place completely through the dialogic communication that is described by the authors of the Communication and Education sciences. For this to happen, some recommendations were made, such as offering open courses to the counselors and to the community using new methods of communication that facilitate the understanding of technical content like graphical computer animation. It was also suggested the production of a radio magazine in order to disseminate, in popular language, scientific concepts in the area of water resources, what would ensure the debate and broaden the dialogue with society.

Keywords: Communication. Participative Management. Basin Committee. Salgado river.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Composição da mostra, por segmento representado no colegiado	39
Gráfico 2	Classificação do diálogo com técnicos no item linguagem	39
Gráfico 3	Perfil dos entrevistados por escolaridade	40
Gráfico 4	Perfil dos entrevistados por escolaridade, em cada segmento representado	41
Gráfico 5		44
Gráfico 6	Classificação do diálogo com técnicos no item repasse da informação ...	46
Gráfico 7	Classificação do diálogo no item autonomia	47
Gráfico 8	Discussão das propostas dos membros do Comitê	49
Gráfico 9	Poder Público no debate das obras hídricas	50
Gráfico 10	Comparação entre as opiniões por segmento	51
Gráfico 11	Participação do Poder Público Municipal	54
Gráfico 12	Participação do município: respostas comparadas por segmento	55
Gráfico 13	Participação na vida da bacia hidrográfica	57
Gráfico 14	Participação na vida da bacia hidrográfica: resposta por segmentos	58
Gráfico 15	Posição de interesses opostos em relação a água	60
Gráfico 16	Relação representante e representado	61
Gráfico 17	Ações junto à comunidade visando práticas corretas de uso da água	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Poder Público e os debates sobre obras: visão por segmento	51
Tabela 2	Perfil de participação do Poder Público Municipal: respostas por segmento	54
Tabela 3	Participação na vida da bacia hidrográfica: gráfico por segmento	57

LISTA DE SIGLAS

CBH	- Comitê de Bacia Hidrográfica
CSBH	- Comitê de Sub-Bacia Hidrográfica
CERH	- Conselho Estadual de Recursos Hídricos
CNRH	- Conselho Nacional de Recursos Hídricos
COGEHR	- Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos
FUNCEME	- Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
PERH	- Plano Estadual de Recursos Hídricos
PROGERIRH	- Projeto de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
SRH	- Secretaria dos Recursos Hídricos – Estado do Ceará
SEGRH	- Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
SINGREH	- Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos
SNIRH	- Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO	15
1.2	O objeto	17
1.3	OBJETIVOS	20
<i>1.3.1</i>	<i>Objetivo geral</i>	20
<i>1.3.2</i>	<i>Objetivos específicos</i>	20
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	21
2.1	BREVE HISTÓRICO	21
2.2	COMUNICAÇÃO, DIÁLOGO, TRANSFORMAÇÃO	26
2.3	LINGUAGENS REELABORADAS NA COMPREENSÃO DA MENSAGEM	32
3	METODOLOGIA	36
3.1	PROCEDIMENTOS UTILIZADOS	36
3.2	QUESTIONÁRIOS: PERFIL DA AMOSTRA	38
4	RESULTADOS	40
4.1	COMUNICAÇÃO ENTRE TÉCNICOS E MEMBROS DO COMITÊ	40
<i>4.1.1</i>	<i>A questão da linguagem</i>	42
<i>4.1.2</i>	<i>Partilha de informação</i>	45
<i>4.1.3</i>	<i>Autonomia ou pretensão de “tutelagem”</i>	46
4.2	RELACIONAMENTO INTERNO E COM OS PODERES PÚBLICOS	47
<i>4.2.1</i>	<i>Discussão de propostas e requerimentos</i>	48
<i>4.2.2</i>	<i>Discussão de obras e ações do Poder Público</i>	49
<i>4.2.3</i>	<i>Diálogo com o Poder Público Municipal</i>	52
4.3	O SEGMENTO E A COMUNIDADE	58
<i>4.3.1</i>	<i>Relação com a água</i>	59
<i>4.3.2</i>	<i>Representatividade do segmento</i>	60
<i>4.3.3</i>	<i>A relação com a comunidade</i>	61
5	CONCLUSÕES	62
5.1	ACESSO À INFORMAÇÃO COMO PONTO FRÁGIL	62
5.2	Dificuldades com o Poder Público	63
5.3	Comunicação dialógica interna e externa	65
6	SUGESTÕES	67

6.1	MANTER A AMPLIAR O CONHECIMENTO	69
6.2	DIÁLOGO E MOBILIZAÇÃO	60
	REFERÊNCIAS	67
	APÊNDICES	70

1 INTRODUÇÃO

1.1 PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

A Carta Constitucional de 1988 introduziu no País a proposta de democracia participativa, permeando as políticas determinadas para saúde, ação social, recursos hídricos etc. Tal proposta se delineia em fóruns tripartite, reunindo poderes públicos nos planos da União, estados e municípios, dos quais participam representações do Poder Público, dos usuários de um bem ou serviço e da sociedade civil. Vinte anos antes da Constituição Cidadã, assim chamada por Ulisses Guimarães quando de sua promulgação, tiveram início, em âmbito internacional, movimentos e fóruns em favor da preservação dos mananciais hídricos e a regulamentação do uso da água, para garantir o acesso a ela por futuras gerações. No Brasil, esta luta ficou restrita aos campos da academia e comunidade especializada, sem que o povo pensasse efetivamente em participar dos debates acerca dos destinos deste bem.

A proposta amparada pela Carta de 1988 ancora-se “[...] na ideia de que as decisões políticas devem ser tomadas por aqueles que estarão submetidos a elas, por meio do debate público.”, como nos diz Lígia Helena Lüchmann. Esta representatividade, todavia, na prática, não se faz exatamente como é concebida:

[...] apresentam diferenças significativas no que diz respeito à relação entre participação e representação (p&r), diferenças essas que parecem traduzir, em grau de importância nada desprezível, potencialidades, limites e desafios da participação e da democratização. (LÜCHMANN, 2008, p. 89).

Quando se institui a participação popular na gestão de um determinado setor mediante um diploma legal, ao tempo em que se garante o acesso da sociedade às decisões, pode-se ensejar uma representatividade desvirtuada. Dagnino (2002, p. 294) chama atenção para essa participação incorporada à legislação: “[...] graças à correlação de forças presente no nível nacional, durante a formulação da Constituição de 1988”, lembrando que ela nem sempre está acompanhada da capacidade mobilizadora que a motivou, podendo se desvirtuar. Sem a dimensão do sonho democrático que norteou a luta para garantir sua incorporação à lei, tais instituições e fóruns correm o risco de praticar um tipo de “participação induzida”, tornando-se “meras estruturas governamentais adicionais”.

A normatização da participação popular na gestão das bacias hidrográficas foi garantida constitucionalmente e regulada legalmente, com percentuais específicos para cada segmento: mínimo de 20% com representantes dos poderes executivos da União, dos estados

ou do Distrito Federal, e dos municípios; e mínimo de 40% de representantes de usuários dos recursos hídricos daquela bacia (Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000 – Conselho Nacional de Recursos Hídricos). No Ceará, a divisão se faz com 20% das vagas dos comitês para o Poder Público estadual e federal; 20% para o Poder Público Municipal; 30% para usuários e 30% para a sociedade civil. A proposta é instituir canais para a efetivação de uma gestão democrática e participativa, e, para tanto, os sujeitos devem estar informados e mobilizados.

Em novembro de 2010, o Ceará sediou o XII Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), que discutiu a importância da comunicação e da mobilização para a gestão das águas. Um dos palestrantes, Santiago Funes, consultor do Banco Mundial, expôs sobre a necessidade de uma política de comunicação voltada para o desenvolvimento dos recursos hídricos e disseminação da informação junto aos comitês e usuários das bacias hidrográficas. No ano anterior, 2009, um relatório do Banco intitulado “Comunicacion para el desarrollo hídrico em Ceará-Brasil”, tendo Funes como um dos autores, mostrava a fragilidade da estrutura de comunicação, sempre voltada para a dimensão da imagem dos entes do Sistema Estadual Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos (SIGERH) e seus dirigentes.

No documento, ressalta-se a necessidade de um novo foco para a comunicação, ultrapassando a proposta de divulgação e buscando “consensos participativos”, que resultem no fortalecimento da gestão das organizações paritárias, que são os comitês de bacia. Sugere a partilha de informações para o fortalecimento dessas instituições, possibilitando-lhes uma atuação proativa na cogestão junto à Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGEHR), responsável pela gestão das águas, no Estado. Segundo a análise,

[...] são insuficientes os mecanismos e as estratégias acessíveis, para divulgar informações que possibilitem a compreensão da problemática hídrica no Estado, para sensibilizar a população a mudança de hábitos em relação ao uso e preservação da água no seu dia-a-dia. (FUNES, 2009, p. 11).

O autor do relatório propõe uma comunicação para fortalecer o estabelecimento de redes informativas que subsidiariam, com a informação, um “processo de tomada de decisão coletiva e negociada”. Isso seria a “comunicação para o desenvolvimento”. O principal desafio apontado no “Informe de misión, Banco Mundial, junio 2009” seria efetivar as representações de tal forma que “os representantes disponham de autoridade para participar das decisões em nome de seus representados e representem efetivamente, o respectivo setor”.

Em 2015, completam-se 25 anos da outorga da Carta Constitucional que determinou uma gestão de água de forma “participativa”, segundo a qual todos os segmentos

se fizessem presentes na decisão dos destinos dos recursos hídricos. É interessante identificar e compreender como se fazem as práticas participativas em um comitê de bacia e a análise do processo comunicativo desenvolvido no seu interior; linguagem, acesso à informação e representatividade, principalmente.

A proposta deste trabalho é analisar a comunicação praticada no Comitê da Sub-Bacia do Rio Salgado (CSBH), no Cariri cearense, que integra a Bacia do Jaguaribe. , cujo processo de mobilização divergiu da prática observada nos demais, considerando que o imaginário popular ansiava por um instrumento para defender a qualidade da água naquela bacia, como expressa o entrevistado A:

Foi esse, para a COGERH, o diferencial, porque outros comitês, como o do Curu, por exemplo, que foi o primeiro implantado, foram trabalhados por opção da COGERH, que decidiu implantar e partiu do nada, fez toda a mobilização, o diagnóstico, tudo direitinho. Não porque a população sentisse necessidade disso, ao contrário: a política de Recursos Hídricos era desconhecida, o povo nem conhecia a COGERH. O mesmo se deu com o médio Jaguaribe, por decisão da COGERH também. Não foram eles que pediram a presença da COGERH". (Resposta 3, ver Apêndice).

A interrogação central voltou-se para a práxis comunicativa na sua capacidade de garantir a partilha do conhecimento; os níveis de satisfação dos membros do Comitê acerca da informação partilhada e o reconhecimento dessa partilha como capaz de lhe fornecer informações e conhecimento com bases sólidas para possibilitar uma tomada de decisão acertada. Nesta vertente, indagou-se aos membros do Comitê acerca da satisfação com a linguagem praticada pelas equipes que fornecem as informações técnicas.

Observou-se, também, a atitude comunicativa com foco nas representações dos distintos níveis de governo ali representados (estadual e federal, em conjunto, e municipal, em separado, sendo 20% de cada um, como já detalhado), avaliando ainda a qualidade do processo comunicativo e se ele contribui efetivamente para garantir a democratização e a participação na gestão e gerenciamento das águas. Por fim, pesquisaram-se as relações internas dos membros do Comitê entre si e com a comunidade; os interesses de cada grupo representado e a posição do representante em relação aos recursos hídricos e o diálogo com os segmentos sociais multiplicadores de informações e valores.

1.2 O OBJETO

No Brasil, o Ceará está entre as unidades federativas onde a escassez de água é um determinante econômico e cultural. Nele a combinação entre distribuição de chuvas e

composição do solo ensejou o fenômeno cíclico da estiagem, que marca a economia e a cultura. Não obstante este fenômeno, ou até por causa disso, o Estado é um dos que ou está estruturando melhor seus comitês de bacias. A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos COGERH é apontada como estando entre as melhores estruturadas, juntamente com as agências paranaense, paulista e baiana, pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos, em razão da qualidade do seu contingente profissional e de seus comitês de bacia (PNRH, volume 1, tomo II).

Os comitês de bacia se organizaram à sombra da COGERH, responsável pela gestão da água, e foram se “empoderando”, tomando posse do poder de decidir, durante as reuniões de alocação de água e nas discussões que empreendiam. Nas reuniões de alocação, dois momentos anuais em que, de posse das previsões de chuva e da situação de quantidade da água nos reservatórios, os membros de um comitê decidem a vazão de descarga dos reservatórios para o período chuvoso e para o verão, se processam muitas negociações, considerando o fato de que os segmentos representados no comitê (lembrando: Poder Público, usuários e sociedade civil) têm muitas vezes interesses antagônicos, precisando exercitar as negociações.

São as práticas desta alocação descritas em pormenores, por Taddei e Gamboggi (2011), em “Marcas de uma democratização diluída: modernidade, desigualdade e participação na gestão de águas no Ceará” (2011, p. 12-19), onde os autores focam nas negociações entre o Comitê de Bacia, a quem cabe a decisão sobre a quantidade a ser liberada por um reservatório e a COGERH, órgão oficial de gestão das águas, responsável pelas informações técnicas para fundamentar as decisões do Comitê. Tais informações são fornecidas pelos técnicos da COGERH ou instituições outras ligadas ao clima e estoque de água no Estado, como a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), e outras.

Para desafiar a regra, o Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado foi instalado na contramão da mobilização induzida: partiu da preocupação, expressa por professores universitários e algumas instituições não governamentais com o processo de degradação ambiental daquela Bacia, na Região do Cariri. O fato de tratar-se de uma bacia com características de solo e regimes de chuvas diferenciados que possibilitaram a formação de um aquífero subterrâneo de proporção destacável, onde águas acumuladas em alguns casos há centenas de anos, dão origem a fontes e alimentam poços profundos utilizados para o abastecimento, e que estaria sendo contaminado pela ausência de saneamento, teve seu peso no processo de mobilização. A discussão ganhou *status* de movimento popular, fortalecido

pelos subsídios técnicos de membros da Academia.

O marco das discussões foi um seminário realizado em 1999, na Universidade Regional do Cariri, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município do Crato, para fortalecer associações de usuários. Em 2001, uma experiência de luta em defesa do riacho Boca da Mata veio somar-se ao movimento, que a esta altura já contava com 108 representantes de associações envolvidas e passou a reivindicar a instalação do Comitê de Bacia. No segundo semestre de 2001, foram realizadas as reuniões por microbacias e apontados os delegados de cada uma para as vagas do Comitê, o que assegurou o critério de proporcionalidade regionalizado.

Todo esse processo reflexivo levou à decisão de organizar os 23 municípios da Bacia em cinco microbacias, respeitadas as peculiaridades específicas, sendo elas: Microbacia I (reunindo os Municípios de Brejo Santo, Jardim, Jati, Penaforte e Porteiras); Microbacia II (com Abaiara, Aurora, Barro, Mauriti e Milagres); Microbacia III (Municípios de Barbalha, Caririaçu, Crato, Juazeiro do Norte e Missão Velha); Microbacia IV (com participação de Baixio, Icó, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira e Umari) e Microbacia V (Cedro, Granjeiro e Várzea Alegre). Os mananciais significativos, como barragens e fontes permanentes, têm ainda suas comissões gestoras. O CSBH do Rio Salgado foi institucionalizado pelo Decreto nº 26.603, de 14 de maio de 2002.

Outro diferencial do CSBH do Rio Salgado está nas práticas de comunicação massiva. Em 2008, registra-se uma experiência de interação do Comitê com a população via rádio, numa parceria com a Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH/Projeto de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PROGERIRH). Foram produzidos quatro programas, de 15 minutos cada qual, tratando de assuntos na área de recursos hídricos e explicando a atuação de um comitê de bacia hidrográfica.

Além da veiculação comercial, o material foi reeditado e distribuído em módulos para subsidiar a programação das emissoras comunitárias e educativas locais, na discussão acerca de água e do meio ambiente. A experiência radiofônica era intitulada “Comitê nas Ondas do Rádio” e depois de exposta no XII Encontro Brasileiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), cujo tema central tratava da Importância da Comunicação e da Mobilização, serviu de base para uma produção semelhante no CBH do São Francisco.

Do ponto de vista do conhecimento acadêmico, membros do Comitê e servidores do Sistema Estadual dos Recursos Hídricos lotados na região do Cariri tiveram a oportunidade de pós graduar-se em Planejamento Integrado em Bacias Hidrográficas, em

2007, por meio de curso de especialização ofertado pela Universidade Federal do Ceará, com recursos do convênio SRH/PROGERIRH. A formação dos especialistas se deu de tal forma que, para fazer parte do grupo, a única exigência de instrução era o terceiro grau completo, o que ensejou a troca de saberes entre profissionais de áreas que perpassavam da Engenharia à Educação, em uma prática de intersetorialidade.

Um dos três entrevistados da pesquisa aqui relatada, (Entrevista A), entende ter sido o curso uma contribuição “muito relevante” para o nível de compreensão dos usuários da Bacia acerca dos processos da gestão de uma bacia hidrográfica, tanto para os que se especializaram como para os demais, pois os primeiros se tornaram multiplicadores do saber junto aos parceiros. O segundo entrevistado também credita a tal curso a maior facilidade dos membros do comitê em entender a linguagem técnica, juntando a isso as capacitações que recebem semestralmente.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Avaliar o processo comunicativo como estratégia de mobilização social e empoderamento no Comitês da Sub-Bacia Hidrográfica do Salgado, no Cariri Cearense.

1.3.2. Objetivos específicos

Observar até que ponto o processo comunicativo está produzindo a partilha do conhecimento e das informações, por intermédio de uma linguagem que se propõe atingir a todos os segmentos que compõem o colegiado e esteja aberta à realidade de cada um deles.

Observar a qualidade da comunicação do Comitê com o Poder Público, desde a Secretaria Executiva e os entes estadual/federal e municipal, que nele estão assentados.

Observar se há prática da comunicação dialógica entre os entes, na relação entre representantes e representados, bem como no relacionamento do Comitê com a sociedade.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Breve históricos

Nas décadas de 1960 e 70, em meio ao acúmulo de armamentos de alto poder destrutivo, da multiplicação de usinas nucleares, do aumento da temperatura do Planeta, do escasamento de recursos naturais e da constatação dos altos níveis de poluição mundial, observou-se uma crescente preocupação da comunidade internacional no concernente à degradação do meio ambiente e às suas prováveis consequências às gerações futuras. Com efeito, em 1972, foi organizada, em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, marco que deu início às discussões, em escala global, acerca da preservação ambiental. A questão da água, certamente, figurava entre as pautas da Conferência, sem, no entanto, deter caráter de exclusividade.

A primeira conferência específica sobre a questão da água se deu em 1977, na Argentina. A Conferência de Mar del Plata tinha como principais focos o aumento das demandas de água, as ações antrópicas degradantes e os modelos de desenvolvimento excludentes, que afetavam – e continuam a afetar – diretamente a fruição igualitária dos recursos hídricos. Ela resultou em um conjunto de propostas que visavam à criação de programas de gerenciamento aquático integrado, o Plano de Ação de Mar Del Plata.

Já em 1992, organizada pela ONU, realizou-se a Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Dublin, sua cidade-sede, na Irlanda. A discussão principal foi o reconhecimento da água doce como um recurso essencial, finito e vulnerável. Entre suas principais metas, constava a elaboração de pactos envolvendo governos, sociedade civil e organismos internacionais, para garantir a gestão dos recursos hídricos.

No mesmo ano, o Rio de Janeiro foi sede da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco/92, evento do qual resultou o documento conhecido como Agenda 21, que, em cujo capítulo 18, trata da Proteção da Qualidade e do Abastecimento dos Recursos Hídricos: Aplicação de Critérios Integrados no Desenvolvimento, Manejo e Uso dos Recursos Hídricos. De acordo com o Documento,

A água é necessária em todos os aspectos da vida. O objetivo geral é assegurar que se mantenha uma oferta adequada de água de boa qualidade para toda a população do planeta, ao mesmo tempo em que se preservem as funções hidrológicas, biológicas, e químicas dos ecossistemas, adaptando as atividades humanas aos limites da capacidade da natureza e combatendo vetores de moléstias relacionadas

com a água. Tecnologias inovadoras, inclusive o aperfeiçoamento de tecnologias nativas, são necessárias para aproveitar plenamente os recursos hídricos limitados e protegê-los da poluição. (UNITED NATIONAL CONFERENCE ON ENVIRONMENTAL AND DEVELOPMENT, 1992).

É de grande importância citar, ainda, os fóruns mundiais da água, que, promovidos pelo Conselho Mundial da Água, objetivam a elaboração de políticas públicas globais e regionais, mediante consenso entre os diversos agentes sociais. O primeiro deles deu-se em Marraquexe, em 1997, sendo procedido, a cada três anos, por encontros em Haia (2000), Osaka, Shiga e Kioto (2003), Cidade do México (2006), Istambul (2009) e, mais recentemente, Marselha (2012).

Não obstante a mobilização internacional, ao longo destes mais de 40 anos, com vistas a recuperar e preservar os recursos hídricos e a democratizar o acesso à água, ainda inexistente um sistema normativo que reconheça o direito à água como um direito humano. A Rio+20, encontro que pretendeu avaliar os compromissos assumidos na ECO/92, teve dificuldades em aprovar seu documento final pela falta de consenso no tocante a direitos e ações sinalizadas pelo fórum de Marselha, como o direito humano à água, que alguns países continuaram a não reconhecer.

No Brasil, a legislação relativa às águas passou por significativo desenvolvimento desde os primórdios das constituições federais até os dias atuais. Na Carta de 1824, observava-se omissão do Estado em relação à tutela dos recursos hídricos nacionais. Já em 1916, o primeiro Código Civil deu à legislação brasileira uma breve regulação do direito de usufruto das águas, estabelecendo que os recursos hídricos – à época, ainda abundantes – poderiam ser fruídos de acordo com a vontade dos usuários, contanto que fossem respeitados os direitos de vizinhança, a saber, as regras que buscam evitar danos à propriedade de outrem por meio de uma intervenção na propriedade do agente. O Código Civil de 1916 reconhecia, assim, em sua seção denominada Das Águas – que abrangia os artigos 563 a 568 - que a água é um bem privado e de valor econômico limitado.

O primeiro documento a dar a devida importância à tutela das águas foi a Constituição de 1934, a qual, em seu artigo 20, estabelecia o domínio da União sobre as águas. Tal Carta Magna trazia, também, uma visível preocupação com a exploração econômica dos recursos hídricos, uma vez que determinava, em seu artigo 119, que “o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei”.

Ainda em 1934, foi criado, pelo Decreto nº 24.634, o Código das Águas, o qual reconheceu, de forma inovadora, a água como um recurso de valor econômico para a coletividade. Tal documento refletia a preocupação do governo de Getúlio Vargas com o desenvolvimento industrial e permitia que o Estado controlasse e incentivasse o aproveitamento dos recursos hídricos pelas indústrias. Segundo Hissa (2005), as águas foram tratadas como um dos elementos básicos do desenvolvimento nacional, por serem essenciais para a geração de energia elétrica, subproduto determinante para o avanço da industrialização.

A legislação federal preservou-se praticamente inalterada até o ano de 1988, quando da elaboração da atual Constituição. Marco na conquista de várias garantias socioambientais, a “Constituição Cidadã” determina, em seu artigo 225: “Todos têm *direito* ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, *bem de uso comum do povo* e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (grifo nosso).

No que tange especificamente aos recursos hídricos, a Lei Fundamental de 1988 incluiu a água como bem da União, com acesso regulado pelo Estado. Esta expressiva mudança teve especial reflexo na região Nordeste, onde a propriedade da água se constituía o principal item de valorização da propriedade agrária, em função da constante possibilidade de escassez hídrica, a qual constitui ameaça à economia do semiárido.

Os “institutos de democracia direta ou semidireta”, como os denomina Carvalho (2012), em *Participação Social no Brasil Hoje*, foram detalhados nas legislações específicas, das quais a primeira foi a Lei 8080/90, que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), instituindo um sistema de cogestão e controle social tripartite (Estado, profissionais e usuários). Tal sistema, que baseou toda a institucionalização dos canais de participação popular, foi adotado em vários setores da Administração Pública, inclusive pela legislação que criou o Sistema Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/97, Lei das Águas).

Gomes (2010) caracteriza o surgimento da Lei Federal nº 9.433/97, conhecida como Lei das Águas, como tentativa de superação de tal dicotomia entre propriedade particular e propriedade pública estabelecida anteriormente. Após mais de cinco anos em tramitação, a aprovação desta Lei, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, teve como objetivo minorar os problemas do cenário de águas do Brasil, um país onde até hoje convivem a cultura da abundância e a finitude dos recursos naturais (MACHADO, 2003).

É fácil observar que sua concepção estava em sintonia com a proposta dos fóruns internacionais, que preconizavam a democratização e participação na gestão da água,

mediante a elaboração de pactos entre governos e sociedade para garantir o gerenciamento dos recursos hídricos.

Na região do Cariri Cearense, observava-se considerável diferença no modelo da gestão das águas, em relação ao restante do Estado do Ceará. Em virtude da Resolução Provincial nº 640, de 17 de janeiro de 1854, tal região adotou um modelo de mercado de águas, o qual determinava a concessão do direito de uso e de posse das principais fontes de água doce. Conforme descreve Hissa (2005), esse modelo criou dificuldades, inclusive buscas judiciais do direito adquirido, quando da mudança imposta pela declaração constitucional da água como bem público. A chamada “Lei da Telha d’Água” foi utilizada como recurso legal na transição do Modelo de Mercado caririense para um Modelo de Negociação, utilizado no restante do Estado.

2.2 COMUNICAÇÃO, DIÁLOGO, TRANSFORMAÇÃO

O processo comunicativo é de tal forma permeado de nuances, que vários ramos da Ciência se debruçam sobre seu estudo, sob os mais diferentes ângulos – Sociologia, Psicologia, Linguística, Engenharia, Semiótica, Jornalismo, Publicidade, e muitos outros. Daí a dificuldade de delimitar um campo de ação para o estudo das relações comunicativas no seio de um fórum onde os agentes são dos mais diversos segmentos, níveis de conhecimento, idades e interesses, como os que compõem um CBH.

Este trabalho partiu da curiosidade acerca das colocações do relatório do Banco Mundial, e começou a investigar a dualidade entre transferência de conhecimentos ou troca de saberes, tal como a definiu Freire (1977, p. 42/43) em *Extensão ou Comunicação?*, estudando o processo de extensão rural praticado no Brasil nos anos 60 do século XX. Freire define como comunicação dialógica uma prática comunicativa transformadora da realidade, que se faz respeitosa e aberta à diversidade de saberes entre sujeitos; tal prática dialógica se opõe à comunicação que busca a manipulação dos sujeitos que “inculca neles (sujeitos) a ilusão de atuar [...] a manipulação contradiz, frontalmente, a afirmação do homem como sujeito, que pode ser na medida em que, engajando-se na ação transformadora, opta e decide”.

A discussão acerca dos pontos e contrapontos entre a linguagem acadêmica e o saber popular não começou com Freire, nem está próxima de se exaurir, mas, com certeza, o seu viés está entre as discussões que melhor descrevem o cuidado a se tomar em casos como os de fóruns com uma composição tão heterogênea. Nestes casos, é comum os detentores do saber técnico sentirem-se capazes de “transferir” conhecimento deles próprios para os menos

letrados. Freire deixa tal leitura bem clara, mostrando a incapacidade do mais “letrado” de entender a profundidade do processo de aprendizagem:

Parece-nos que tais afirmações expressam ainda uma inegável descrença no homem simples. Uma subestimação do seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir o papel verdadeiro de quem procura conhecer: o de sujeito desta procura. Daí a preferência por transformá-lo em objeto do ‘conhecimento’ que se lhe impõe. Daí este afã de fazê-lo dócil e paciente recebedor de ‘comunicados’ que se lhe introjetam, quando o ato de conhecer, de aprender, exige do homem uma postura impaciente, inquieta, indócil. (FREIRE, 1977, p. 46).

Tomando como campo um comitê de bacia, faz-se necessário entender que tipo de linguagem está sendo utilizada nos colóquios diretos entre técnicos e usuários, e se o trabalho de comunicação se faz na vertente da mobilização para a ‘comunicação dialógica’, ou da ‘comunicação para a manipulação’. Isso porque, em termos de comunicação, não apenas a técnica, mas principalmente a atitude se faz mister nos processos dialógicos. Freire (1982) retoma a questão da atitude dialógica como o reconhecimento da necessidade de respeitar a todos como entes participantes do diálogo capaz de traduzir o conhecimento e nele a busca da transformação da realidade:

Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos nem sábios absolutos, homens que, em comunhão, buscam saber mais [...] Se o diálogo é o encontro dos homens para Ser Mais, não pode fazer-se na desesperança. Se os sujeitos do diálogo nada esperam do seu *quefazer* já não pode haver diálogo. O encontro é vazio e estéril. É burocrático e festidioso. (FREIRE, 1983, p. 95-97)

As teorias de Freire e suas propostas de prática libertária, sempre resultantes em mudanças no sujeito e no mundo (propostas e postas em prática a partir dele), são constantemente ampliadas, reeditadas como propostas, métodos ou linhas de pensamento. Seu trabalho constitui a base de uma ação que se afirma desde a década de 80 como “paradigma latinoamericano comunicacional” (ARANHA, 2010, p. 169). Discorrendo sobre a origem do que seria este novo paradigma comunicacional, Aranha cita Beatriz Dornelles, para quem esta “nova forma de comunicação, feita *por* e não *para* ou *sobre* uma comunidade ou grupo de pessoas” teria início nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), na América Latina, no final da década de 1960” (DORNELES *apud* ARANHA, 2007, p. 170).

Dentro do que seria o paradigma latino-americano comunicacional, a comunicação popular se opõe às práticas da forma massiva ou do convencimento, por ter características específicas ligadas à ideia de mobilização e *empoderamento* para os segmentos populares, sendo libertária, no sentido que lhe dão Freire e Henriques. Veja-se o que exprime Peruzzo, sobre a essência de todos os modelos voltados para a promoção de mudanças:

A comunicação popular foi também denominada alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos. Porém, o sentido político é o mesmo: uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social... (PERUZZO, 2008. p. 367).

A ideia do processo de mobilização e de *empoderamento*, ou, no dizer de Freire, a prática libertadora e transformadora, está no cerne de toda a proposta da comunicação dialógica, seja qual for a forma como se faça ou se denomine, assinala Peruzzo. A diferença estaria justamente na proposta comunicativa; ou uma ampla facção é massificante, alienante e se propõe à dominação ou, usando uma linguagem mais atual à manipulação, a comunicação dialógica, respeita cada um como apto ao diálogo enriquecedor, e a troca de saberes como enriquecimento pessoal. “Ser sujeito e não mero objeto é a essência da condição humana” (PERUZZO 2004, p. 23).

A comunicação popular, todavia, não substitui os meios massivos, pois “Os dois são complementares e não excludentes” (PERUZZO, 2004. p. 130). As práticas dialógicas têm facetas específicas e, embora assumam alguns meios alternativos, nascem de uma prática pessoal e grupal, e não nos meios de massa. Taís Aranha expressa a noção de que o fenômeno da comunicação comunitária na América Latina se vinculou a um processo histórico iniciado na década de 1960 e se consolidou no movimento popular, fortalecido pelas práticas da “Teologia da Libertação”, que ela designa como “uma corrente teológica, muito presente na América Latina, seguida por cristãos que fazem a opção pelos pobres” (ARANHA 2010, p. 172).

A participação efetiva da Igreja Católica no desenvolvimento deste paradigma comunicacional latino-americano é bem explicada por Joana Puntel, no livro *A Igreja e a Democratização da Comunicação*, onde a autora explica a proposta de Freire, o método comunicativo nascido dele e tomado por base para a educação e a comunicação nos meios populares, com vista à libertação popular e à defesa da democratização da comunicação. Puntel (1994, p. 128) diz que:

[...] a igreja, sem rejeitar os meios de comunicação, enfatiza o uso de da comunicação popular ou comunicação de grupo como uma alternativa que leva em conta o processo dialógico e participativo de comunicação.

Este procedimento de organizar a comunicação de grupos como estratégia para o processo comunicativo dialógico, libertário e transformador é bem definido por Simeone Henriques, professor da Universidade Federal Minas Gerais, quando descreve a importância

de se apor a comunicação na base da mobilização social. Henrique está entre os que fazem uma das melhores leituras de Freire, em relação à capacidade de mobilizar intrínseca no diálogo:

A coparticipação neste diálogo é que torna o homem capaz de transformar a realidade que o cerca sem a invasão e a imposição unilateral. Assim, a comunicação para a mobilização deve ser dialógica, na medida em que defende uma causa de interesse mútuo, que deve ser compartilhada entre os sujeitos comprometidos com um único fim, comum a todos. (FREIRE, 2002, p. 21).

Observe-se que este detalhe da mobilização é pertinente quando aplicado a um comitê de bacia, que, como representação decisória, se exerce em duas vertentes: como veículo de expressão em favor da vontade popular junto ao Poder Público e, ao mesmo tempo, como receptor desta pressão que canaliza. Na ausência da mobilização e práticas dialógicas, um fórum deste tipo se descaracteriza, pois “não segue uma capacidade de sustentação pautada em uma ampla representatividade e efetiva deliberação.” (HENRIQUES, 2002, p. 19).

Daí a importância de se garantir esta mobilização pautada na comunicação por intermédio do diálogo entre pessoas conscientes de suas capacidades e respeitadas do outro, maneira única de fazer valer, efetivamente, a governança participativa que se propõe para um comitê de bacia nos textos e planos governamentais, e cujas tentativas de efetivação se constroem hoje de formas diferentes. Da qualidade desta mobilização dependerá o resultado do trabalho destes fóruns, com ação mais efetiva.

Mobilizar é mais do que informar ou convencer. Segundo Toro e Wernewck (1996, p. 5), “é convocar vontades” para um processo de mudança da realidade, nos moldes da ação transformadora definida por Freire (1983) e relida por Henriques (2002), quando ensina que uma ação comunicativa com dialogicidade cria relações baseadas num encontro de sujeitos interlocutores. Fugindo desta matriz comunicativa, o processo da gestão, mesmo detendo representatividade numérica paritária, não é democrático e tende a se transformar em um fórum de validação das propostas almejadas pelos grupos mais capacitados, com origens em processos manipuladores e de convencimento.

Esta mobilização está longe de ser conseguida, como pareceu ao longo dos períodos de observação que utilizamos na presente pesquisa, através de comunicados e esclarecimento ou atos convocatórios. Toro e Werneck são felizes na afirmativa de que mobilização: “Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. (TORO; WERNECK, 1996, p. 5)

Esta última perspectiva vai ao encontro do proposto pelos diplomas legais, que situam a proteção e o uso racional da água como responsabilidades a serem partilhadas por toda a sociedade. A comunicação ética e libertadora deve ser a ponte para a mobilização da comunidade à defesa dos mananciais e de todo o ambiente, como prevê o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), publicado em 2006, como instrumental previsto na Lei Federal nº 9.433/1997. O Plano Nacional de Recursos Hídricos considera como atribuição dos comitês:

- produzir conhecimento e estimular a inovação tecnológica, visando a contribuir para a gestão das demandas e para o aumento da oferta de água, colaborando, ainda, para assegurar os usos múltiplos e a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos diversos usos; (PNRH, 2006, Programa IV, macrodiretriz dois, p. 105).
- criar as bases para ampliar e democratizar as discussões sobre a temática água, estimulando o permanente diálogo entre diferentes saberes – científico-tecnológico, filosófico e biorregional ou tradicional –, uma vez que a construção do conhecimento é um processo que envolve multiplicidade de atores e componentes; (PNRH, 2006, Programa IV, macrodiretriz oito, p. 106).
- promover o empoderamento da sociedade na elaboração e na implementação da política Nacional de Recursos Hídricos, fortalecendo os canais de comunicação existentes e a criação de novos, assim como o aperfeiçoamento dos meios de interlocução social; (PNRH, 2006, Programa IV, macrodiretriz nove, p. 106)

Para garantir um debate democrático na gestão da água, faz-se mister uma mobilização social que lhe traga participação efetiva. Caso contrário, a gestão, mesmo tendo representatividade numérica paritária, corre o risco de se transformar em um fórum de validação das propostas almeçadas pelos grupos mais poderosos, com origem em processos manipuladores e de convencimento. Esta última perspectiva vai de encontro às colocações dos estudiosos e ao proposto pelos diplomas legais, que situam a proteção e o uso racional da água como responsabilidade a ser partilhada por toda a sociedade. A comunicação ética e libertadora deve ser a ponte para a mobilização da comunidade na defesa dos mananciais e de todo o ambiente.

Quando Henriques (2002, p. 22) ensina que “a comunicação deve gerar referências para ações e para mudanças de atitudes e mentalidades dos indivíduos”, ele leva em consideração a afirmação de Braga, o fato de que “aprender é mudar o repertório e as atitudes” (BRAGA, 2001 *apud* HENRIQUES, 2002, p. 22). Antes de ser fonte de informação sobre as peculiaridades que interessam aos usuários de cada segmento, a comunicação deve ser utilizada como estratégia para mobilizar todo o grupo em favor da sociedade, partindo do todo para, só depois, garantir o acesso às partes. Faz-se necessário estudar a práxis comunicativa dentro da nova óptica de que comunicação é um direito humano e todo cidadão tem direito ao acesso a informações que lhe forneçam uma visão completa do assunto, não

apenas no foco mais próximo à questão.

Exatamente neste ponto reforça-se a importância da informação partilhada. O Plano Nacional dos Recursos Hídricos lista programas e subprogramas cujo objetivo é o Desenvolvimento da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. O IV subprograma trata especificamente do “Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos” e nele ressalte-se a diretriz 3, que trata de “Promover o *empoderamento* da sociedade na elaboração e na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos” (2006, v. 1, p. 16). Para que tal fortalecimento seja operado, há de se recorrer aos procedimentos de comunicação dialógica e libertadora, enfocados anteriormente.

Tal conceito foi estudado com maior profundidade e posto em prática inclusive em projetos montados para ações de mobilização em recursos hídricos (Projeto Manuelzão, na bacia do Rio das Velhas) pelo Laboratório de Relações Públicas Plínio Carneiro, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trata-se de uma proposta de comunicação estratégica e integrada baseada no respeito ao diálogo como ética no processo comunicativo, ou seja, não aceita uma comunicação na qual os sujeitos se dividam em ativos e passivos, no processo.

O período 2006/2015 é, por determinação das Nações Unidas, Década Internacional para a Ação, “Água para a Vida” (Resolução 217, sessão 58, de 23 de dezembro de 2003, da Assembleia Geral das Nações Unidas). Segundo o *blog* denominado *Pimenta Negra*, a década pretende “um esforço para reverter o quadro dramático e progressivo de eliminação dos mananciais e deterioração da qualidade das águas do planeta Terra”. Seja ou não essa uma afirmação alarmista, a verdade é que a falta de acesso das populações à água potável preocupa pessoas no mundo inteiro.

A estratégia das Nações Unidas se faz para que a década mencionada efetive sua proposta como “período no qual se pretende reduzir à metade a proporção de pessoas sem acesso à água potável, como prescreve, aliás, a Declaração do Milênio, assinada por 191 países” (ALLEMAR, 2006, p. 90). A situação mundial, todavia, não aponta, pelo menos no que registra a imprensa nos sete anos que já se incluem no tempo determinado a tal ação, um crescimento significativo na oferta de água às populações mais sacrificadas com sua escassez.

É preciso fazer muito mais, e os países, mesmo os considerados detentores das grandes reservas hídricas, como o Brasil, legislam para garantir o acesso de todos à água, em seus múltiplos usos e buscando um crescimento efetivo dos CSBHs em busca da plena realização das suas prerrogativas legais. Na pesquisa de campo realizada para este ensaio

universitário é sensível a ânsia dos membros do CSBH do Rio Salgado por uma atuação que vá além das discussões sobre partilha de água nos momentos de alocação, buscando um aprofundamento na participação e uma efetivação do poder de debater e estabelecer o consenso. As pesquisas realizadas nesta linha mostram, entretanto, que em muitos momentos se vai adaptando a lei à prática e vice-versa, para estabelecer a participação democrática prescrita e desejada.

Observe-se a colocação:

[...] é importante notar que a criação de instâncias participativas de gestão de água não surge como desenvolvimento histórico endógeno dos processos políticos locais nem nas altas instâncias políticas formais, nem nos movimentos ligados à sociedade civil. Governo e populações locais tiveram que atribuir significados à novidade e adaptar-se a ela – adaptando-a a suas formas de vida e de funcionamento no mundo, naturalmente. (TADDEI; GAMBOGGI, 2011, p. 13)

Merece atenção a possibilidade de uma espécie *de armadilha da participação*, onde o Estado se protegeria dos desgastes, transferindo responsabilidades às instâncias locais (GARJULLI, 2011). Os comitês assumem a responsabilidade de algumas decisões, sem que venha, junto com elas, uma autoridade mais efetiva. No momento em que o Comitê delibera sobre a alocação de água em determinada bacia, e sequer opina nos pareceres de outorga, está dispondo de uma autoridade restrita a ações que, na prática, eximem o Estado de decisões difíceis de tomar sem maior desgaste político.

É bem verdade que as características próprias do semiárido dão a um fórum que discute o destino das águas um *status* destacado. Tais características marcam o Nordeste brasileiro não apenas em matéria de consumo, também em termos de história econômica e política, além de ser o diferencial para a desigualdade social na Região. A esse respeito, diz Rosana Garjulli (2003, p. 38):

A situação de escassez permanente de água, na região semiárida, leva à necessidade da gestão compartilhada, entretanto, quer seja pelos vícios do aparato estatal ou da própria população, a prática política conservadora certamente se repetirá se a sociedade, em seu conjunto, não se der conta de que a água é um bem público e que, portanto, o seu gerenciamento compartilhado deverá garantir a democratização de seus usos e a sua preservação, condição imprescindível para sucesso de qualquer estratégia de desenvolvimento para a região.

A Socióloga se refere a “relações históricas de clientelismo e privatização da coisa pública”, e lembra que “O Estado brasileiro, em especial na região semiárida, tem longa tradição de intervenção de caráter centralizador e fragmentado no setor hídrico”. Nesta realidade socioeconômica, é previsível a dificuldade para implantação da Lei Nº 9436/97 que,

num só momento, ataca a posse de um bem tão precioso quanto escasso, enfrentando, ao mesmo tempo, o mando absoluto dos proprietários rurais, ao declarar a água como “bem público”, e a tradição centralizadora do Estado, determinando que sua gestão seja compartilhada, “democrática e participativa”. Efetivamente, Garjulli destaca a participação direta do Banco Mundial, ao exigir o cumprimento da legislação para financiar projetos, o que representou um avanço e teve grande peso para a implantação da nova legislação hídrica, mesmo de forma tutelada.

Na realidade, a interferência do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou Banco Mundial, foi decisiva para concretizar os avanços da lei que poderiam ter sido postergados, na prática, não fosse a pressão da instituição, considerando que a maioria dos projetos do setor hídrico no Ceará dependia de recursos do Banco Mundial. A necessidade de garantir os financiamentos influenciou a implantação dos comitês em duas vertentes: de um lado ensejou mobilização tutelada, onde não havia uma luta para criação destes fóruns garantidos por lei; em contrapartida, abriu oportunidade aos movimentos populares que já trabalhavam contra o latifúndio e/ou contra a dificuldade de acesso à água, em busca de representação em instâncias decisórias da questão.

Romano Filho e Ferreira (2001) de *Gente cuidando das Águas* lembra que o ambiente precedeu o homem na Terra e, mesmo em constante decurso de mudança, permanecerá depois que ele se for. Ao longo da existência, entretanto, o relacionamento homem/natureza assumiu duas atitudes: uma da qual ele é parte do ambiente, estabelecendo com a natureza uma relação de respeito e até, por assim dizer, uma simbiose. Em outros casos, como expõe Leonardo Boff (2001) no seu paradigma do cuidado, o ambiente se lhe constitui um meio para produção e acumulação de capital e, assim, sua relação passa a se tornar uma dominação do ambiente para dele extrair o máximo de lucro.

Esta relação predatória, descrita em Romano Filho e Ferreira e em Boff, no tocante aos recursos naturais, também se verifica entre os seres humanos como grupos e pessoas. A proposta de dominar e utilizar-se do semelhante como meio de chegar ao poder ou mantê-lo, que está no cerne da dialética da sociedade capitalista – considerada aqui como regime que prioriza os ganhos de capital e a propriedade privada, em detrimento dos bens e direitos coletivos – se estende também ao processo comunicativo em todos os seus níveis: comunicação pessoal, grupal e a midiática ou massiva.

A dicotomia se dá na própria ação comunicativa, seja em termos pessoais ou midiáticos; há uma lógica da manipulação, a ideia de comunicar numa estratégia de convencimento, de contato unilateral, fazendo frente à comunicação dialógica, que objetiva o

estabelecimento de um consenso participativo e propulsor de mudanças na dominação. A manipulação, seja direta ou midiática, retira a capacidade dialógica, libertadora e educativa, exposta por Freire (1979), como respeito ao interlocutor e sua capacidade de compreender e transformar a realidade. A comunicação dialógica é ética, promovendo a reciprocidade e a totalidade de ambos os sujeitos, considerando o homem capaz de transformar a realidade que o cerca, sem invasão ou imposição unilateral.

Quando se compara um ponto de vista a uma descrição matemática de um círculo com um objeto ao meio pode-se dizer que um ponto de vista é a visão de um objeto com origem em determinado ponto, e, se em cada ponto o objeto fosse fotografado, num só plano, ter-se-iam 360 visões diferentes deste objeto. E mesmo nenhuma delas senso equivocada, nenhum também pode representar uma visão completa. Esta totalidade seria tão mais aproximada do real quanto melhor conseguisse agregar as visões do maior número de pontos possíveis.

Com suporte nesta comparação, é possível garantir que a visão respeitosa leva em conta todos os pontos em foco, conforme a atitude de quem vê, e, com origem nela, delinea uma perspectiva mais ampla e detalhada, considerando que o objeto está posto de tal forma que aparece a cada um de forma própria e só a soma dos pontos de vista enriquece a observação, dando-lhe uma visão abrangente. Duas visões podem ser exatamente opostas sem expressarem nenhum erro, e só a soma dos vários pontos de vista lhes permitirá uma descrição completa, garantindo ideia precisa.

A comunicação de convencimento pressupõe a reprodução do mesmo ponto de vista em todos os ângulos, induzindo ao erro, e quase sempre o faz em busca de um benefício a quem a pratica ou a quem a instrui. “O processo participativo implica a interação, a igualdade e a oportunidade para os membros da comunidade falarem e crescerem em consciência coletiva” (PUNTEL, 1994, p. 81). A autora exemplifica tais práticas comunicativas com uma dinâmica de partilha horizontal das mensagens, onde não há emissores e receptores; o povo é, ao mesmo tempo, transmissor e receptor. Este novo processo é partilhado através de mídias alternativas, há pelo menos cinco décadas. A comunicação institucional, a que se referiu Funes no seu relatório, como sendo a prática institucional no SERH, à época, está longe de acatar esta posição.

2.3 LINGUAGENS REELABORADAS NA COMPREENSÃO DA MENSAGEM

Taddei (2008, p. 79) assegura que “do ponto de vista do usuário, receber uma

informação que não é entendida é a mesma coisa que não receber informação”, e ressalva que em alguns casos o processo é bem mais complexo, porque enseja frustrações no receptor e acusações de arrogância em relação ao emissor. Nas páginas seguintes do mesmo artigo, ele assinala que “o que nos interessa nesta análise é o contexto, e como este afeta a comunicação. O contexto afeta e define, de certa forma, os significados que vão ser atribuídos às informações, ou seja, como elas serão entendidas”. Durante a realização desta pesquisa, na observação e nos diálogos, houve uma conversa com um representante da sociedade civil, na qual o preconceito surpreende e a sabedoria popular se revela na capacidade de atingir o conteúdo essencial da informação, mesmo sem os meios formais.

Esse membro do Comitê é homem, de mais de 60 anos, e tem apenas o ensino fundamental, mas uma militância clara no movimento social:

O senhor compreende essas explicações acerca de “convergência intertropical e aquecimento nos oceanos?”, perguntou-se.

Isso é muito fácil [...]. Deixa o trabalho dele com ele. O que a gente precisa saber aqui é o essencial. Prestar atenção na posição daquele tracinho. Quando ele desce pra dentro do mapa vai chover aqui pra nós. Se ele ficar no mar, a chuva se perde toda por lá. Esse quadro que ele está mostrando aí, tá ruim demais”, explicou o entrevistado.

De fato, os estudos meteorológicos são sintetizados em quadros, onde a zona de convergência intertropical se representa no traçado que resulta de cálculos e informações específicas, mas, na prática, o “essencial é o tracinho”.

A capacidade de observação e de compreensão de cada pessoa depende muito mais de seu interesse no conhecimento do que dos meios formais de o obter. O respeito ao direito de o representante ter acesso à informação, seja qual for a forma como esta se faça, é essencial e poder-se-ia dizer que é “o tracinho” da comunicação. O envolvimento do representante com o Comitê é que o leva aos exercícios de formular novas visões sobre a realidade, com supedâneo do universo de conhecimento.

“Adotando um caráter educativo, a comunicação deve gerar referências para a ação e para a mudança de atitudes e mentalidades nos indivíduos” [...] “o conhecimento será reaprendido e reelaborado, por meio dos próprios contextos da comunidade”, leciona Henriques (2002, p. 22), explicando a capacidade da comunicação dialógica para impulsionar mudanças, em um processo de mobilização, na reconstituição dos significados por parte de um determinado público. É possível dizer então que, mesmo quando a informação estiver eivada de complexidade, é essencial para democratizar o conhecimento o esforço de um emissor em criar condições para a percepção da mensagem.

Quando se caracteriza a incapacidade do emissor da mensagem para torná-la compreensível no universo do outro, cessa a interlocução e rompe-se o diálogo, permanecendo o monólogo infrutífero ou seletivamente dirigido a apenas alguns receptores, o que enseja frustração. Taddei reporta-se à possibilidade de frustração advinda de uma informação que não é compreendida, o que se propõe ser melhor que não se obtenha uma mensagem que não pode ser facilmente descodificável.

Tal frustração foi detectada durante a observação *in loco* empreendida durante o tempo de realização da pesquisa aqui exposta. Uma observação do mesmo senhor a quem já se fez referência ratifica as colocações de Taddei (2008, p. 78) em relação à incapacidade de transmissão do conhecimento como arrogância; o membro do Comitê diz que a maioria deles (especialistas) “fala pra gente entender”. “Mas, uma vez veio um técnico aqui que só devia falar mesmo na frente do espelho, porque só ele se entende”. Em virtude da observação surge a suspeita sobre até que ponto esta incapacidade de linguagem é real, ou proposital, pretendendo deixar os membros do Comitê, ou parte deles, sem acesso ao conhecimento ou àquela informação.

Esta incapacidade de transmitir uma informação acessível não é rara como se gostaria, principalmente no meio técnico. Marcio Semione chama a atenção para o fato de que a informação técnica nem sempre é qualificada:

Na verdade, a informação gerada pelos especialistas nem sempre é ela mesma uma informação qualificada, pois, muitas vezes, carece de uma tradução que permita a qualquer sujeito que não possua o mesmo domínio técnico e do jargão do especialista compreender a problematização referida àquela causa social e a metodologia de ação proposta”. (HENRIQUES, 2002, p. 10)

Informação é base para a ação. Só informar, porém, não basta, pois a informação precisa ser uma das vertentes da comunicação dialógica: aberta, multidirecional, participativa e democrática. A informação necessita ser compartilhada, estar acessível ao universo dos sujeitos envolvidos para que o exercício democrático e participativo aconteça nos grupos e nas comunidades. Os comitês de bacias não cumprem sua função se atuam como organismos legitimadores de uma democracia pseudoparticipativa. Um colegiado não deve apenas votar, mas, principalmente, ter meios para fazê-lo com correção e, mais do que isso, saber propor e interagir.

O papel de seus membros não é de “aprovadores” de políticas ou decisões, das quais o governo considere mais cômodo eximir-se, nem de ouvir referências dos especialistas e decidir entre uma ou outra hipótese exposta; devem sugerir, propor, ser coparticipantes em

uma política pública. Cabe-lhe aprender, compreender, contextualizar e partir para a ação. Não basta saber o que *o tracinho* aponta: é necessário ir além e propor formas de amenizar a falta e até o excesso das chuvas que ele prevê. Até aonde esta consciência foi despertada?

3 METODOLOGIA

3.1 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

Quando Boni e Quaresma (2005, p. 70) ensinam que “o ponto de partida para uma investigação científica deve basear-se no levantamento de dados”, dão a direção para quem não adquiriu ainda a prática do trabalho científico. No caso em foco, os *sites* da COGERH, do Fórum Cearense de Comitês de Bacias e o *site* do próprio Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Salgado forneceram a primeira documentação acessada. Histórico, composição, atividades noticiadas e, principalmente, atas de reuniões, constituíram-se no ponto de partida que embasou o ensaio, indicando rumos que a pesquisa deveria tomar. No desenvolvimento do trabalho, o levantamento bibliográfico foi ampliado com documentos fornecidos pela Gerência Regional da COGERH na Bacia do Salgado e a Secretaria Executiva do CSBH – Salgado.

Estes contatos, tanto na Gerência como na Secretaria Executiva, foram momentos nos quais se pôde realizar uma observação pessoal segundo a recomendação dos mesmos autores:

[...]o pesquisador deve realizar uma observação dos fatos ou fenômenos para que ele obtenha maiores informações e num terceiro momento, o pesquisador deve fazer contato com pessoal que possam fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 70).

A metodologia adotada na pesquisa realizada no CSBH do Salgado aliou busca bibliográfica e observação participante em conversas informais, além de entrevistas abertas realizadas com um funcionário da Gerência Regional da COGERH, um membro da Secretaria Executiva do Comitê e um representante do Colegiado (envolvido no trabalho desde antes de sua formalização); foi aplicado ainda um questionário tendo como respondentes metade dos membros do Comitê. A observação ocorreu em vários momentos, desde o segundo semestre de 2011 até o segundo semestre de 2013, quando se realizaram as entrevistas e se aplicaram os questionários.

Tão logo se fez a escolha do objeto de estudo, foi iniciada a observação, com participação nas reuniões dos grupos onde estavam servidores da gerência local da COGERH, da Secretaria Executiva e membros do Comitê. Houve participação direta em duas reuniões ordinárias e numa extraordinária do CSBH do Salgado, sendo a primeira no dia 13 de dezembro de 2012, no Distrito de Lima Campos, Município de Icó; a segunda sucedeu no dia

31 de março de 2013 e a terceira, esta extraordinária, dia 18 de abril de 2013, no Crato. Participou-se também dos encontros do Fórum Cearense de Comitês de Bacias Hidrográficas realizados em Fortaleza no segundo semestre de 2012 e primeiro de 2013.

Os estudos documentais foram iniciados por meio do histórico e das atas de reuniões do Comitê, disponibilizadas no seu *site*. Também houve pesquisa junto à Secretaria Executiva do CSBH do Salgado em documentos relacionados ao levantamento de comparecimento das entidades e membros às reuniões, definição de pautas e outros levantamentos e estudos. Neste período, desenvolveu-se concomitantemente processo de observação participante, que Boni e Quaresma assim definem:

A observação também é considerada uma coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. ... Esta técnica é denominada observação assistemática, onde o pesquisador procura recolher e registrar os fatos da realidade sem a utilização de meios técnicos especiais, ou seja sem planejamento ou controle. (BONI; QUARESMA, 2005, p. 71).

Ainda sobre as técnicas de observação assistemática, Franz Rudio ensina o que caracteriza a observação assistemática:

[...] é o fato de o conhecimento ser obtido através de uma experiência casual, sem que se tenha determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los. (RUDIO, 1979, p. 35).

Durante a pesquisa, houve o entendimento de que esta técnica não poderia ser esquecida, em nenhum momento durante os contatos com todos os que estivessem envolvimento com o comitê. As anotações eram datadas e colecionadas e foram usadas tanto em citações sobre a mostra como para basear a condução das entrevistas e perguntas dos questionários.

As entrevistas abertas se fizeram gravadas em áudio, posteriormente decupadas e transcritas para uma linguagem escrita. Seus resultados foram apresentados aos entrevistados A, B e C, que assinaram documentação, declarando-as fidedignas. Elas estão anexadas ao trabalho em apêndice. O material foi gravado nos dias 13 de dezembro de 2012 e 21 e 22 de março de 2013.

Por meio delas, foram obtidas declarações e observações que esclarecem e auxiliam a compreensão de muitas respostas dadas aos questionários; mesmo considerando que apenas três entrevistas foram aplicadas, podendo-se dizer que são esclarecedoras quanto ao grau de participação, capacidade de decisão ou envolvimento do grupo. A interação pesquisador/pesquisado permitiu captar impressões, emoções e dissipar dúvidas. Moroz e

Gianfaldoni explicam como esta interação pode ajudar, destacando também seus perigos:

A entrevista tem a vantagem de envolver uma relação pessoal pesquisador/pesquisado o que facilita um maior esclarecimento de pontos nebulosos. Porém, se por um lado, a entrevista tem a vantagem de maior flexibilidade em relação ao questionário, este tem a vantagem de poder ser utilizado em um grande número de pessoas ao mesmo tempo. (MOROZ; GIANFALDONI, 2002, p. 66)

Estas reflexões dos especialistas em metodologia indicaram que se optasse por utilizar os dois instrumentos. Foram aplicados, diretamente, o instrumento questionário, do qual foram entregues 25 cópias aos participantes do grupo, explicados seus objetivos e possibilitadas indagações sobre quaisquer dúvidas, durante todo o período em que o grupo permaneceu com ele, para marcar suas respostas. A pesquisa contou com a ajuda de uma estagiária da Universidade Regional do Cariri, tendo os questionários sido aplicados no dia 18 de abril de 2013, no Município do Crato. Foi tomado o cuidado especial de se estar junto aos pesquisados com menor escolaridade, para esclarecê-los quando do aferimento.

A aplicação das entrevistas aconteceu seguindo-se o esquema para entrevistas semiestruturadas, como explicam Boni e Quaresma, (2005, p. 75), com a combinação de “perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto”. “O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante a uma conversa informal”. As entrevistas aplicadas estão anexadas a este trabalho, como apêndice.

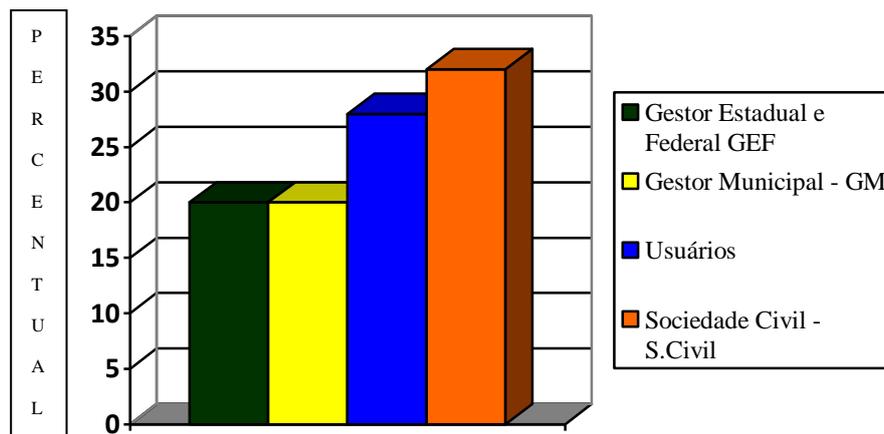
3.2 QUESTIONÁRIOS: PERFIL DA AMOSTRA

Convém atentar para o que lecionam Moroz e Gianfaldoni (2002), avaliando os prós e contras entre entrevistas e questionário, quando diz: “Porém, se por um lado, a entrevista tem a vantagem de maior flexibilidade em relação ao questionário, este tem a vantagem de poder ser utilizado em um grande número de pessoas ao mesmo tempo”. No trabalho em foco, a multiplicidade de técnicas foi importante, não apenas para obter mais dados, mas, principalmente, para facilitar a compreensão e a análise destes, justificando ou pondo em confronto as respostas referentes a determinada visão de um segmento representado no Comitê com ele mesmo, ou com os seus pares.

Especificamente com relação a entrevistas fechadas, foram aplicados 25 questionários a parte dos membros do CSBH do Salgado, presentes à reunião extraordinária do dia 18 de abril de 2013, representando 50% do total de 50 membros do Comitê. Manteve-

se o critério de proporcionalidade, com 40,00% dos gestores e 60,00% de representantes de usuários e sociedade civil. Ante, porém, a indivisibilidade do número (60%) da segunda representação, utilizou-se a assiduidade como critério para justificar um percentual de 32,00% para representantes da sociedade civil e 28,00% para delegados de usuários. Observe os resultados no Gráfico 1:

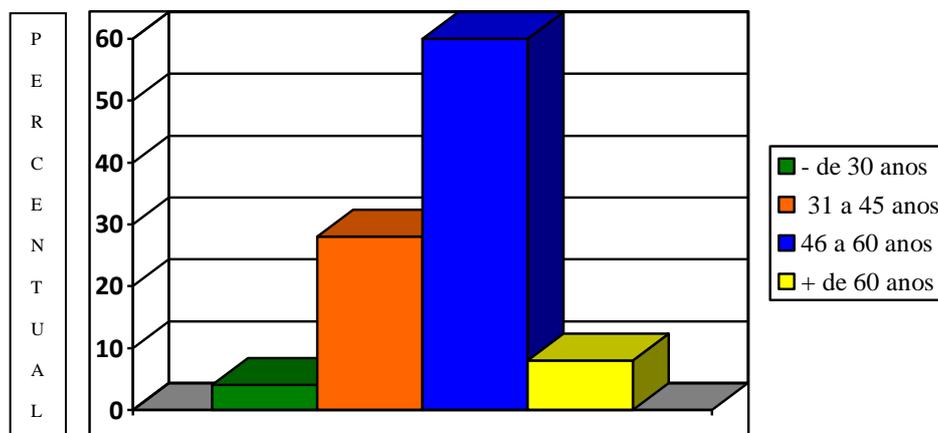
Gráfico 1 – Composição da amostra por segmento representado no colegiado. CSBH do Salgado, Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

A maioria dos nossos entrevistados (60%) está na faixa etária de 46 a 60 anos; 28% têm entre 31 e 45 anos, 8% têm mais de 60 anos; apenas, 4%, estão entre os jovens, contando menos de 30 anos. Tal concentração pode ser observa melhor no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Composição da mostra segundo a faixa etária. CSBH do Salgado, Ceará.

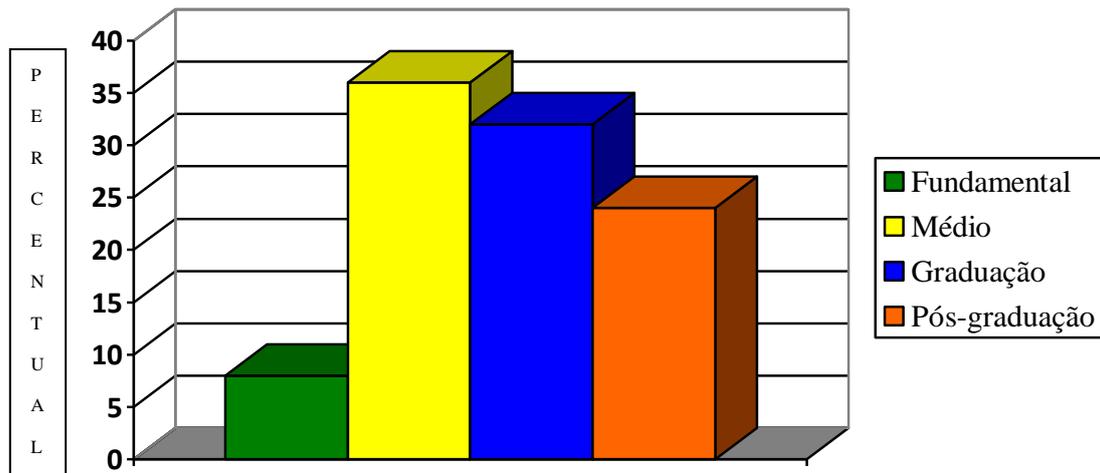


Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Do ponto de vista da escolaridade, 8% se localizam na faixa do ensino

fundamental, enquanto 36% têm o nível médio, 32 por cento detêm graduação e 24% têm pós-graduação. Note-se que, se fosse definido o nível de ensino como patamar (apenas níveis fundamental, médio e superior) os entrevistados com nível superior chegariam a 56% do total; ou seja, mais da metade dos membros do Comitê têm o terceiro grau completo, como pode-se observar no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Perfil dos entrevistados por escolaridade. CSBH do Salgado, Ceará.

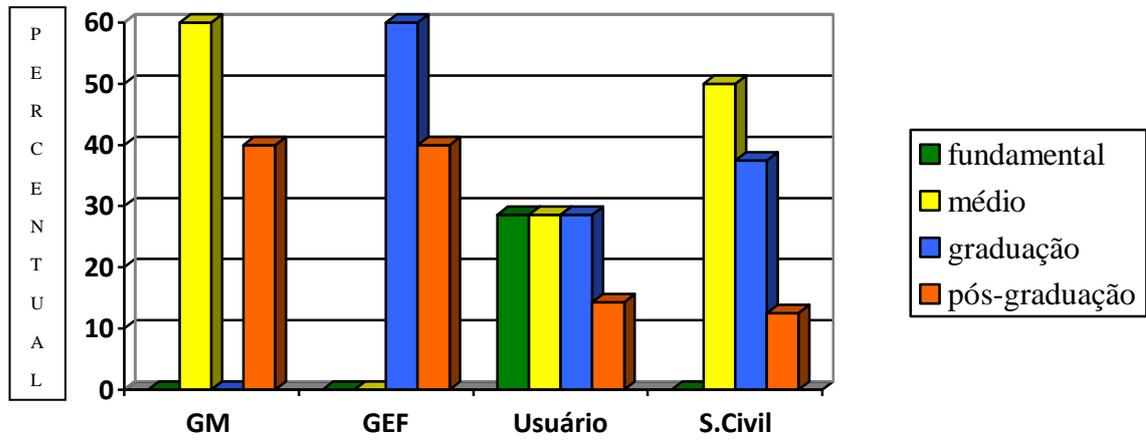


Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Detalhando esta composição, ressalte-se que todos os representantes de Gestor Estadual e Federal - GEF têm graduação universitária, e, dentre eles, 40% são pós-graduados; na representação do Gestor Municipal-GM, nota-se outra composição: 60% com nível médio e 40% pós-graduados, não aparecendo outros graus. Já na representação dos Usuários, três grupos têm o mesmo percentual: 28,57%, se repetindo para nível fundamental, ensino médio e ensino superior; a quarta composição, a de pós-graduados, está em 14,29% dos representantes. Entre a Sociedade Civil, os números dão conta de 50% com ensino médio, 37,5% com superior e 12,5 de pós-graduados, não aparecendo representação com apenas o nível fundamental.

Observe-se o Gráfico 4:

Gráfico 4 – Perfil dos entrevistados por escolaridade, em cada segmento representado. CSBH do Salgado, Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

4 RESULTADOS

4.1 COMUNICAÇÃO ENTRE TÉCNICOS E MEMBROS DO COMITÊ

O primeiro eixo das investigações se volta para a capacidade do grupo em respeitar saberes e criar contextos participativos. Até que ponto os diferentes conhecimentos são agregados para garantir uma articulação interna, que tenha raízes no respeito à comunicação como um direito humano e reconheça a capacidade de contribuição de cada ser humano para o de crescimento comunitário e social?

Nesta vertente, partiu-se para a investigação em três indagações. Cada uma se fazia direcionada para um dos campos desta interação: a linguagem, a partilha da informação e autonomia.

4.1.1 A questão da linguagem

Especificamente no que tange à linguagem, as investigações restaram centradas na linguagem técnica e sua compreensão por parte de todos; ou seja, na abertura dos detentores do saber técnico para receber o entendimento popular sobre ele e torná-lo o mais próximo possível do universo dos sujeitos que compõem o Comitê. As entrevistas abertas revelaram que há, por parte dos responsáveis pelos esclarecimentos técnicos, um envolvimento no sentido de buscar o universo dos membros do Comitê, para que as colocações feitas nas discussões de assuntos técnicos sejam compreensíveis a todos os sujeitos. Veja-se o que diz o entrevistado que respondeu pela Secretaria Executiva, aqui denominado Entrevistado B:

Os técnicos que a gente trás aqui são sempre pessoas que tenham certa facilidade de comunicação. Por exemplo, se a gente traz alguém da FUNCEME, busca alguém com experiência de campo e não apenas pesquisadores que ficam sempre na frente do computador... Se eu trago aqui um técnico considerado “top de linha”, durante a palestra ele vai ter que descer ao nível do grupo, porque vai ter que responder as perguntas. “O pessoal é exigente, só para quando entende mesmo. (Resposta 11).

O entrevistado que respondeu pela Diretoria Regional da COGERH, aqui denominado Entrevistado “A”, destaca, em vários momentos, que facilitar a compreensão das linguagens específicas sempre foi uma preocupação da Companhia. Segundo ele, quando foi ofertada uma pós-graduação para membros e outros públicos envolvidos com o Comitê, muitos queriam limitá-la aos profissionais ligados ao setor de recursos hídricos, mas a COGERH garantiu acesso a qualquer graduado, para facilitar a multidisciplinaridade e a

elaboração de uma linguagem mais acessível:

Havia até pedagogos, e isso foi muito bom; porque se alguém não entendia completamente as aulas de hidráulica do professor Marco Aurélio, ficou sabendo que hidráulica não é para qualquer um e tem uma enorme importância; vai multiplicar essa ideia de que precisamos sempre de bons especialistas quando a questão for de hidráulica, certo? (ENTREVISTADO A, resposta 4).

As capacitações oferecidas ao grupo que compõe o Comitê do Salgado também ajudam na compreensão dos assuntos técnicos, pois, além do acesso dos graduados a um curso de pós-graduação, que aconteceu em 2008, continuamente são oferecidos cursos e capacitações:

[...] todos os anos são duas capacitações para os membros que estão no colegiado. Isso significa que um membro que está no Comitê desde 2005 já recebeu uma dezena de capacitações, já visitou o São Francisco, a empresa que está responsável pelo Cinturão das Águas, o Geoparque. Visita os projetos que a COGERH desenvolve, ou seja, está conhecendo melhor o setor e os assuntos para a discussão. (ENTREVISTADO B, resposta 10).

Outro ponto interessante, explicitado por meio de observação participante, é a capacidade que os membros mais envolvidos com o colegiado têm para desenvolver uma espécie de metalinguagem, ou uma leitura própria da tecnicidade exposta.

Lembre-se o caso de exposição acerca de convergência intertropical, compreendida por um representante da sociedade civil com base em ‘um tracinho sobre o mapa, cuja localização informa se haverá boa quantidade de chuva ou um período sem precipitações’; os resultados dos estudos específicos passaram a ter, para ele, apenas o seu significado gráfico, o tracinho, e a compreensão sobre ele assimila o essencial. Embora não entendendo a elaboração dos mapas que descrevem os fenômenos de convergência intertropical, o usuário cria sua forma de compreensão.

O mesmo tipo de abstração se faz na capacidade de cálculo aproximado de vazão, com procedência em certas marcas para a água, em um local. Por exemplo, ‘se a água está na metade de uma árvore ou uma determinada pedra do riacho, estariam sendo liberados 5 m³/s; caso contrário, a informação sobre vazão é incorreta, ou está havendo desvio de água ao longo do trecho’. As dificuldades dos dois sujeitos envolvidos, técnicos e representante sem conhecimento técnico, são sobrepujadas quando se dá um esforço conjunto, com ambos cuidando, de um lado, para falar de forma acessível, de outro, para buscar uma compreensão em seu nível de linguagem.

Há um interesse real entre os membros do Comitê pela informação na área de recursos hídricos; não pela informação jornalística ou pela agenda de eventos, embora por

essa também, mas, sobretudo, pelo conhecimento do tema, que pode ser agregada a cada um e ao grupo. Este interesse não foi detectado apenas na observação participativa, mas também declarado pelo entrevistado C, quando se reportou ao que seria seu 'crescimento' em relação ao assunto e aos grupos que participam da gestão dos recursos hídricos:

Tudo que eu sei sobre o assunto aprendi aqui, não falo com orgulho, mas com honra. Hoje nós participamos do colegiado coordenador do Fórum de Comitês de Bacia do Brasil; do Fórum Estadual... (ENTREVISTADO C, resposta 9)

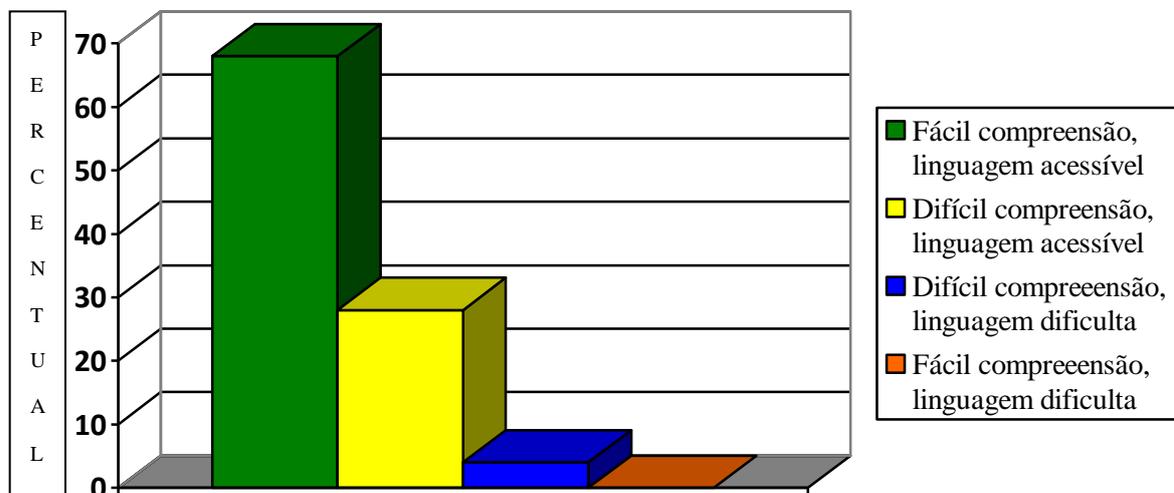
O questionário aplicado que abordou a linguagem fez contraposição entre a dificuldade dos temas e a expressão de linguagem dos expositores nos assuntos técnico.

68% classificaram os assuntos como 'de fácil compreensão e a linguagem técnica como acessível';

- a) 28% classificaram os assuntos como de 'difícil compreensão e a linguagem técnica como acessível';
- b) 4% classificaram os assuntos como 'de difícil compreensão e a linguagem técnica como fator que dificulta ainda mais a compreensão'; e
- c) não houve pontuação na sugestão de que o assunto, mesmo de fácil compreensão, seria prejudicado pela tecnicidade de linguagem.

O Gráfico 5 nos permite a visualização dos resultados, dando conta de facilidades na compreensão do assunto e da linguagem:

Gráfico 5 – Classificação do diálogo com técnicos no item linguagem. CSBH do Salgado, Ceará.



4.1.2 Partilha de informação

Partilhar conhecimento é municiar a ação. A segunda indagação, no mesmo eixo, enfocou a abertura do técnico e dos gestores ao diálogo, especificamente no que tange à partilha de saberes e informações. Neste item, técnicos e gestores são comparados em relação à disponibilidade para fornecer a informação completa aos membros do Comitê. As entrevistas abertas não chegam a detalhar mais sobre essa partilha da informação, embora o representante dos membros do Comitê, Entrevistado C, deixe antever que o problema está presente:

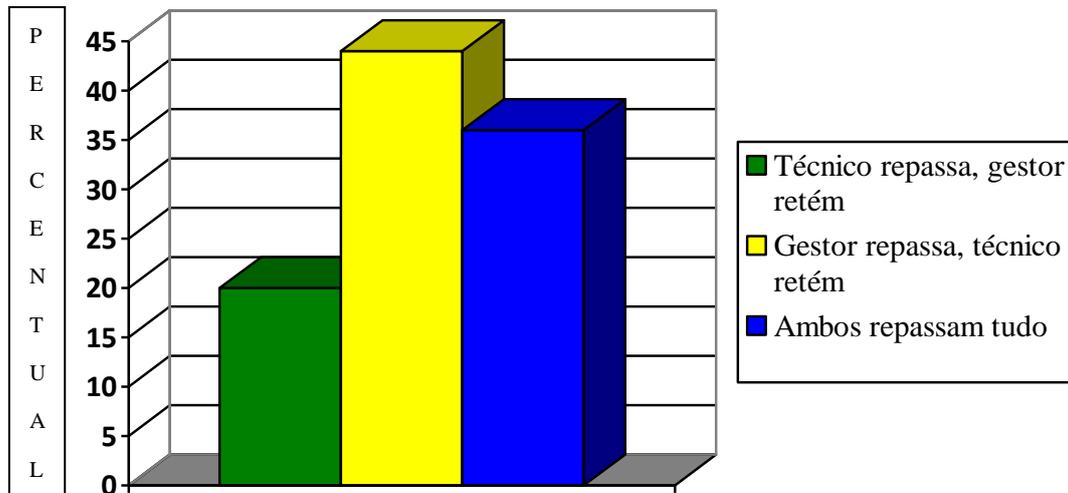
O técnico acha que tem conhecimento, parâmetros – pelo menos no caso das alocações – mas, é importante observar que a flexibilidade já existe... A gente pode dizer que existe ainda uma ditadura das técnicas, porque há parâmetros para serem utilizados, mas o lado positivo é que esses parâmetros, havendo um entendimento, são flexíveis. (ENTREVISTADO C, resposta 4).

Já o resultado dos questionários mostra que uma clara maioria (44%) do Colegiado entende que os técnicos retêm informações, repassando apenas parte delas, muito embora se saiba hoje que o acesso a ela constitui um direito, não apenas para o componente do Comitê, mas também para todo o cidadão. Observem-se as respostas sobre repasse de informação:

- a) os técnicos nos passam todas as informações que têm, mas o gestor retém muitas informações (20%);
- b) os técnicos nos passam informações básicas sobre o assunto em debate, retendo outras informações que receberam do gestor (44%); e
- c) os técnicos e gestores repassam todas as informações sobre o assunto em debate, e tudo o que está relacionado com ele (36%).

Visualize a diferença no Gráfico 6:

Gráfico 6 – Classificação do diálogo com técnicos no item repasse da informação. CSBH do Salgado, Ceará.



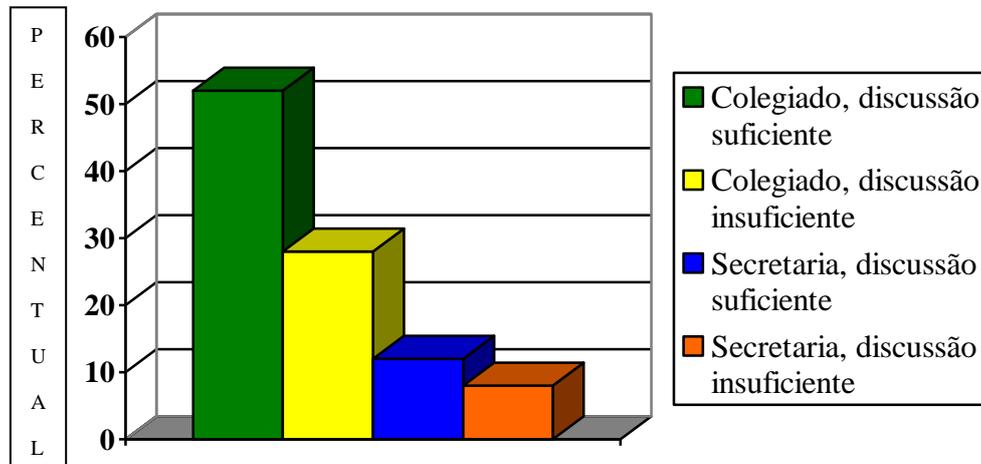
Fonte: Elaborado pela autora (2013)

4.1.3 Autonomia ou pretensão de “tutelagem”

No diálogo, não há pretensão de um sujeito para se ‘doutrinar’ com sua verdade, mas abertura para todas elas. O terceiro foco do primeiro eixo envolve a ideia de tutelagem. Ante os relatos teóricos acerca do fato de que os órgãos de fomento e apoio aos conselhos acabam por lhes tutelar, trazendo-os sob sua guarda e interferindo em suas ações, fez-se provocação aos componentes do Comitê no que concerne à definição da pauta, um fato que poderia interferir na autonomia, mesmo que para garantir o seu funcionamento. Observem-se as respostas aos questionários (Gráfico 7):

- a) Os assuntos da pauta são escolhidos pelo colegiado, havendo tempo para discussões, inclusive dos pareceres técnicos a serem analisados, e os esclarecimentos são suficientes (52%);
- b) Os assuntos da pauta são escolhidos pelo colegiado, mas as discussões não se aprofundam e os esclarecimentos não são suficientes para que todos compreendam plenamente o assunto (28%);
- c) Os assuntos da pauta são escolhidos pela Secretaria Executiva com pouca interferência, mas os esclarecimentos são suficientes para que todos compreendam plenamente o assunto (12%); e
- d) Os assuntos da pauta são escolhidos pela Secretaria Executiva, há pouca interferência, e os esclarecimentos não são suficientes para que todos compreendam plenamente o assunto (8%).

Gráfico 7 – Classificação do diálogo no item autonomia. CSBH do Salgado, Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

O representante da Secretaria Executiva, Entrevistado B, em sua fala, garante que há uma visão de respeito ao crescimento do Colegiado, inclusive no que diz respeito aos níveis da discussão. Prova disso seria o fato de que os membros do Comitê já se “apoderaram” da discussão da Pauta:

Difícilmente a Secretaria Executiva coloca um ponto de pauta aqui. Quando coloca é alguma coisa relacionada à COGERH, que precisa ser discutida pelo Comitê; os tópicos da pauta vêm da plenária, por colocações feitas nas reuniões anteriores, ou através do e-mail. (ENTREVISTADO B, resposta 12).

4.2 RELACIONAMENTO INTERNO E COM OS PODERES PÚBLICOS

O interesse principal deste eixo tem foco na capacidade e qualidade do diálogo dos membros do Comitê, tanto do ponto de vista interno como externo. A pesquisa buscou a informação sobre a capacidade dos membros do grupo em relação às colocações dos demais membros, feitas mediante propostas e requerimentos; se há interação visando a melhorar tais propostas, deixando-as mais claras, se há debates acerca do conteúdo e do encaminhamento destas.

Outras indagações se deram em relação ao segmento do Poder Público Municipal, indicado nas conversas, observações e entrevistas, como o de menor abertura a uma comunicação dialógica, ao mesmo tempo em que o apontam como o que poderia ser capaz de fortalecer o Colegiado e iniciar mudanças de atitude pelo caminho mais próximo à população. As observações preliminares o indicavam como o mais distante, enquanto o entendimento dos

entrevistados dava conta de uma disposição para constituir parcerias do Comitê com o Poder Público Municipal, como ponte para um trabalho mais qualificado em relação à área da bacia.

É óbvio que não foi esquecida uma avaliação do entendimento com os poderes públicos estadual e federal; até porque as obras estruturantes em relação à água, seja no abastecimento humano ou do setor produtivo, são pensadas nos órgãos estaduais e federais. Seus técnicos estão no seio do Comitê e por concepção teórica seriam elos de ligação entre o Comitê e os Governos Federal e Estadual.

4.2.1 Discussão de propostas e requerimentos

A primeira vertente observada no segundo eixo diz respeito ao relacionamento dos membros do Colegiado entre si; sua capacidade para dialogar sobre as propostas na qualidade de representantes de instituições e grupos e os requerimentos a serem encaminhados com o aval do Comitê, etc. Uma observação advinda do Entrevistado C, representante do Colegiado, deixa antever que alguns colegas se abstêm de uma crítica direta a propostas vindas de um outro companheiro, muitas vezes pelo respeito à sua delegação:

A mesa não deixa de dar encaminhamentos aos requerimentos mesmo assim, respeitando a posição do delegado, que é representativa. Mas temos que ter em mente que o nosso trabalho é de gestão de água, e às vezes a gente confunde com outra gestão e extrapola a ação do Comitê. (ENTREVISTADO C, resposta 8).

Para esclarecer sobre o assunto foi incluída no questionário uma indagação que investigou a disponibilidade do Colegiado para fazer e receber considerações e retificações às suas proposituras postas à apreciação. As críticas expressas claramente, e que poderiam evitar que alguns requerimentos fossem eivados de imperfeições, estariam deixando de ser feitas para evitar melindres, ou os debates se aprofundam, ampliando ou modificando propostas para que ganhem mais resolutividade? Foi essa a indagação aplicada no questionário:

Como você vê o aprofundamento das discussões das propostas dos membros do Comitê e a capacidade dos colegas para aceitar modificações que as tornem mais bem elaboradas e encaminhadas, para atingir o objetivo desejado?

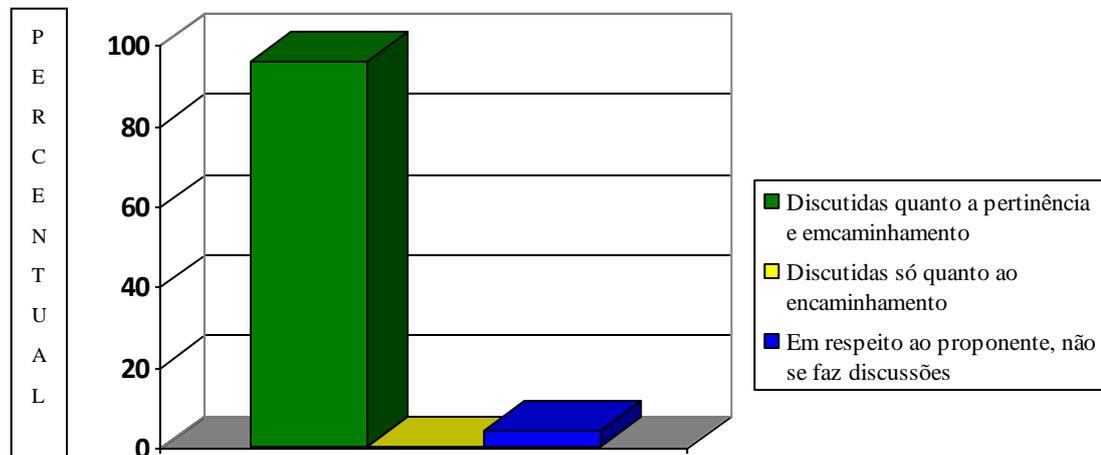
- a) As propostas dos membros, na maioria dos casos, são discutidas quanto à sua pertinência e oportunidade; são votadas e só são encaminhadas ao gestor e/ou instituições depois de analisadas e definido o órgão e/ou a instituição que trata do assunto; (96%);
- b) as propostas dos membros são discutidas apenas quanto ao encaminhamento;

(nenhum registro); e

- c) em respeito ao proponente, os requerimentos e outras propostas internas não são, na maioria das vezes, objeto de uma discussão que pretenda melhorar sua pertinência ou viabilizar um encaminhamento correto ou objetivo, em respeito ao proponente. (4%).

No Gráfico 8 visualiza-se opiniões sobre o aprofundamento das discussões das propostas dos membros do Comitê.

Gráfico 8 – Discussão das propostas dos membros do Comitê. CSBH do Salgado, Ceará



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Foram quase unânimes os resultados assinalados na opção que aponta para abertura ao aprofundamento do debate, tanto no que diz respeito à pertinência da proposta quanto a sua oportunidade.

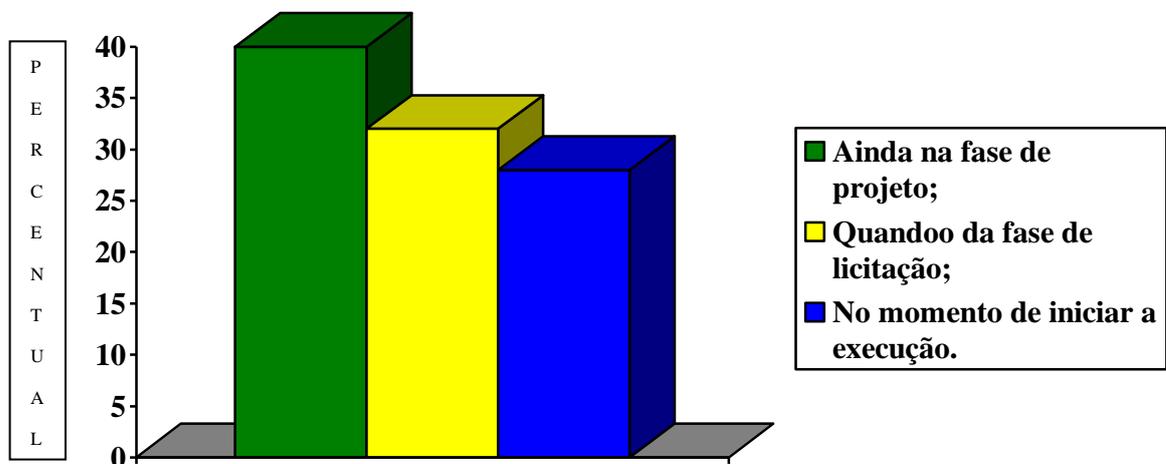
4.2.2. Discussão de obras e ações do Poder Público

A segunda pergunta deste eixo enfoca a relação entre os comitês e os poderes públicos ali representados, principalmente no que diz respeito aos órgãos estaduais e federais, os que mais intervêm nas bacias hidrográficas, se levadas em conta as obras de porte grande e médio.

Analisando a comunicação do Poder Público com o Comitê (ver Gráfico 9) pode-se dizer:

- a) as propostas de intervenção do poder público, relacionadas ao uso da água e do solo nesta bacia hidrográfica são trazidas para conhecimento do Comitê ainda na fase de estudos; (40%);
- b) as propostas de intervenções do poder público na bacia hidrográfica são formuladas oficialmente e trazidas para conhecimento do Comitê, na fase de licitação; (32%); e
- c) as propostas de intervenção do poder na bacia são formuladas e chegam ao conhecimento do Comitê quando sua execução está sendo iniciada. (28%).

Gráfico 9 – Poder público no debate das obras hídricas. CSBH do Salgado, Ceará



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Interessante é observar o comportamento dos grupos relativamente a esta interrogação, levando em conta o fato de que ela se relaciona especialmente com o segmento dos gestores. Ressalte-se a informação de que as obras hídricas no Ceará, conseqüentemente na Bacia do Salgado, se fazem quase sempre por meio da União e o Estado, não sendo comuns intervenções em grandes e médias obras pelos governo municipais. Isto faz com que o segmento “gestor estadual e federal” esteja mais relacionado com este quesito específico. Para detalhar melhor os resultados, nos casos específicos em que a resposta se pode ligar a um segmento em particular, explicitou-se um comparativo entre as respostas de cada segmento, buscando se havia algo a destacar.

Neste caso específico, observa-se que o segmento mais envolvido, no caso, o dos gestores estaduais e federais, respondem, em maioria, que as obras são discutidas com a população ainda na fase de planejamento, e nenhum opta pela afirmação de que as obras só são discutidas com a população na implantação; mas, se se observar o segmento dos usuários, justamente aquele a quem as obras se destinam, a última opção é a que reúne mais respostas.

Observe-se este comparativo na Tabela 1.

Tabela 1 – Poder Público e os debates sobre obras: visão por segmento. CSBH do Salgado, Ceará

Segmento	Resposta a)	Resposta b)	Resposta c)
Gestor Estadual e Federal - GEF	60,00%	40,00%	-
Gestor Municipal - GM	40,00%	20,00%	40,00%
Sociedade Civil – Soc.Civil	37,50%	37,50%	25,00%
Usuários	28,50%	28,50%	43,00%

Fonte: Elaborada pela autora (2013)

Relembrando:

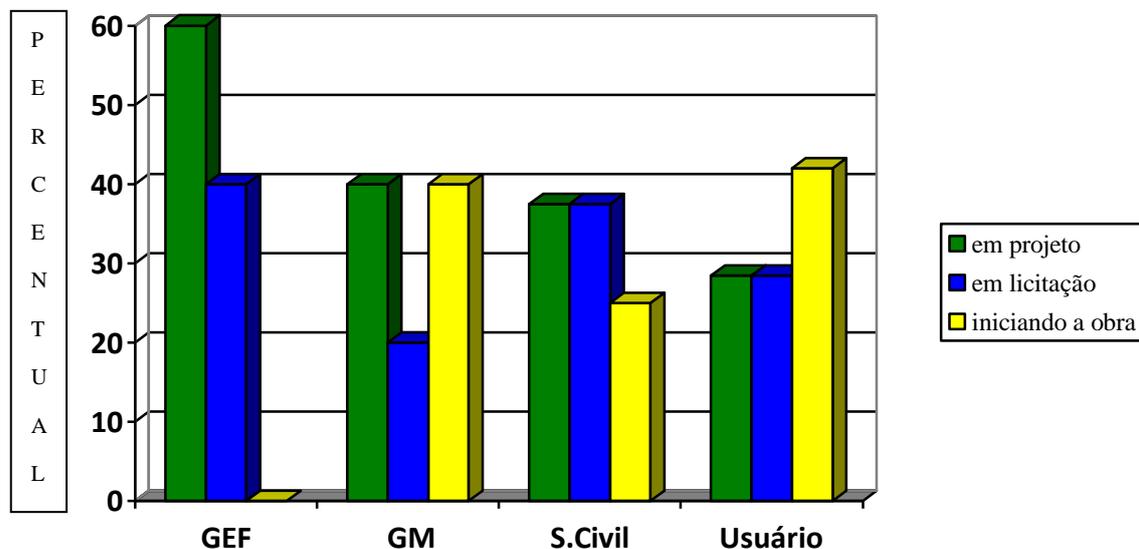
Resposta a: as propostas de intervenção do poder público, relacionados ao uso da água e do solo nesta bacia hidrográfica são trazidas para conhecimento do Comitê ainda na fase de estudos; (maior opção entre GEF,60%);

Resposta b: as propostas de intervenções do poder público na bacia hidrográfica são formuladas oficialmente e trazidas para conhecimento do Comitê, na fase de licitação; (maior opção entre GEF, 40%); e

Resposta c: as propostas de intervenção do poder na bacia são formuladas e chegam ao conhecimento do Comitê quando sua execução está sendo iniciada. (opção mais marcada por Usuários 43%; não é marcada entre GEF, representantes dos principais patrocinadores das obras).

O Gráfico 10 permite a visualização desta comparação por segmento:

Gráfico 10 – Comparação entre as opiniões por segmento. CSBH do Salgado, Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

A estrutura do Poder Público Estadual e Federal é objeto de crítica por sua atitude ausente do diálogo com o Comitê. Interessante é observar que os membros que o representam não parecem se incluir nessa estrutura, e, muitas vezes, concordam com as colocações, muito embora não seja aqui, por motivos éticos, que será nominado qualquer caso como ilustração. Menciona-se, entretanto, o comentário do representante da Secretaria Executiva do Comitê acerca do assunto.

Isso tem sido uma reclamação constante dos membros do Comitê. Eles discutem os problemas, deliberam e às vezes sequer recebem respostas dos órgãos executivos, mesmo que seja uma negativa. Isso acontece com a própria COGERH e a SRH, e com o Governo do Estado... (ENTREVISTADO B, resposta 2).

4.2.3 Diálogo com o Poder Público Municipal

O diálogo com o Poder Público Municipal aparece sempre no centro das observações nas entrevistas abertas, inclusive no que tange a representações no seio do Comitê. As reclamações que se relacionam com o Poder Público Estadual e Federal também existem, mas a atitude crítica perante as representações do Poder Público Municipal é clara, nas entrevistas abertas, sendo alvo de observações que sugerem necessidade de mudanças:

[...] geralmente vem (como representante no colegiado) o Secretário de Agricultura, do Meio Ambiente etc. Muitas vezes ele não representa realmente o Poder. Na hora em que ele precisa tomar uma posição como Município ou Prefeito não a valida. Não vê a importância do que ele coloca. Até porque também (o Prefeito) não tem formação para isso. (ENTREVISTADO A, resposta 7).

A mesma consciência de que o Poder Público Municipal afasta o Comitê de discussões nas quais ele poderia contribuir muito é expressa pelo representante da Secretaria Executiva, o Entrevistado B, quando analisa a posição das prefeituras municipais diante do CSBH do Salgado:

Até mesmo as prefeituras que têm representação no comitê, às vezes, agem como se o comitê não existisse; realizam eventos, até seminários sobre o tema, sem a participação do Comitê. Um bom exemplo disso é o da Semana da Água; a Prefeitura de Juazeiro, que é membro do Comitê, realizou um seminário sobre “Cultivo e gestão de águas”, se não me engano, e nem convidou o Comitê. A gente ficou sabendo depois que foi realizado. (ENTREVISTADO B, resposta 4).

Na narração do Entrevistado C, o diálogo com as prefeituras, ou a falta dele, também é expresso como perda para o grupo:

[...] Mas, nós temos casos de prefeituras em que o prefeito manda qualquer representante, gente que não traz nenhuma decisão para as plenárias do Comitê, e

não dá retorno, entre comitê e prefeituras. É preciso que os representantes dos gestores, principalmente dos gestores municipais, reconheçam o comitê como seu parceiro e fórum para discussão do assunto, e não fiquem querendo *passar à frente, usando um poder político que muitas vezes nem respeita o que é decidido pela comunidade*, pois o Comitê é representativo. (ENTREVISTADO C, resposta 7, grifo nosso).

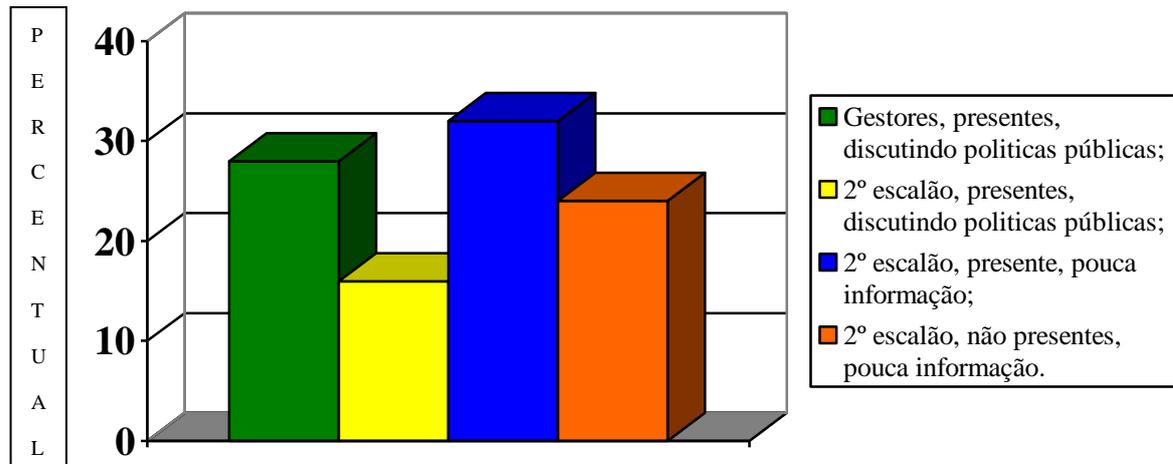
Este tipo de posição está bem claro na maioria dos questionários também. A sexta pergunta versa sobre o assunto, e confirma a consciência de que as prefeituras, ou quase todas elas, não dialogam com os comitês quando tomam decisões importantes para os recursos hídricos e o meio ambiente.

Observe-se que a pergunta trata diretamente da posição dos gestores municipais em relação ao Comitê, expressa na qualidade da representação:

- a) Os representantes do Poder Público Municipal no CSBH são, na maioria das vezes, gestores das secretarias que tratam da água e do meio ambiente; estão presentes às reuniões, discutindo ali as políticas públicas relativas a estes assuntos; (28%)
- b) os representantes do Poder Público Municipal no CSBH são, na maioria das vezes, membros do segundo e terceiro escalões administrativos, mas estão sempre presentes, falam pelos titulares com capacidade de decisão e discutem as políticas públicas relativas a água e ocupação de solo, nas reuniões do Comitê; (16%)
- c) os representantes do Poder Público Municipal no CSBH são, na maioria das vezes, membros do segundo e terceiro escalões administrativos, trazem poucas informações sobre as políticas públicas de água e ocupação de solo, mas são sempre assíduos nas reuniões do Comitê; (32%)
- d) os representantes do Poder Público Municipal no CSBH são, na maioria das vezes, membros do segundo e terceiro escalões administrativos, trazem poucas informações sobre as políticas públicas de água e ocupação de solo, e nem sempre estão presentes nas reuniões do Comitê; (24%)

Observe-se a representação constante do Gráfico 11:

Gráfico 11 – Participação do Poder Público Municipal. CSBH do Salgado, Ceará



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Um exame dos números mostra que 56% do Colegiado marcaram as duas opções ligadas a respostas que apontam para representantes com pouca informação e representatividade, enquanto os 44% marcam opções ligadas a capacidade de debater e até decidir acerca das políticas públicas pertinentes ao assunto. Considerando o fato de esta pergunta se relacionar, especificamente, a um segmento do grupo foi procedido a um detalhamento das respostas por segmento: Veja-se a Tabela 2.

Tabela 2 – Perfil de participação do Poder Público Municipal: respostas por segmento.

Segmento	Resposta a)	Resposta b)	Resposta c)	Resposta d)
Gestor Estadual e Federal – GEF	20,00%	-	60,00%	20,00%
Gestor Municipal – GM	60,00%	-	20,00%	20,00%
Sociedade Civil	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
Usuários	14,29%	28,57%	28,57%	28,57%

Fonte: Elaborada pela autora (2013)

Relembrando:

- a) Os representantes do Poder Público Municipal são, na maioria das vezes, gestores; estão presentes às reuniões, discutindo ali as políticas públicas relativas a estes assuntos; (opção preferencial entre GM, 60%);
- b) os representantes do Poder Público Municipal são, na maioria das vezes, membros do segundo e terceiro escalões, mas estão sempre presentes, têm capacidade de decisão e discutem as políticas públicas relativas a água e

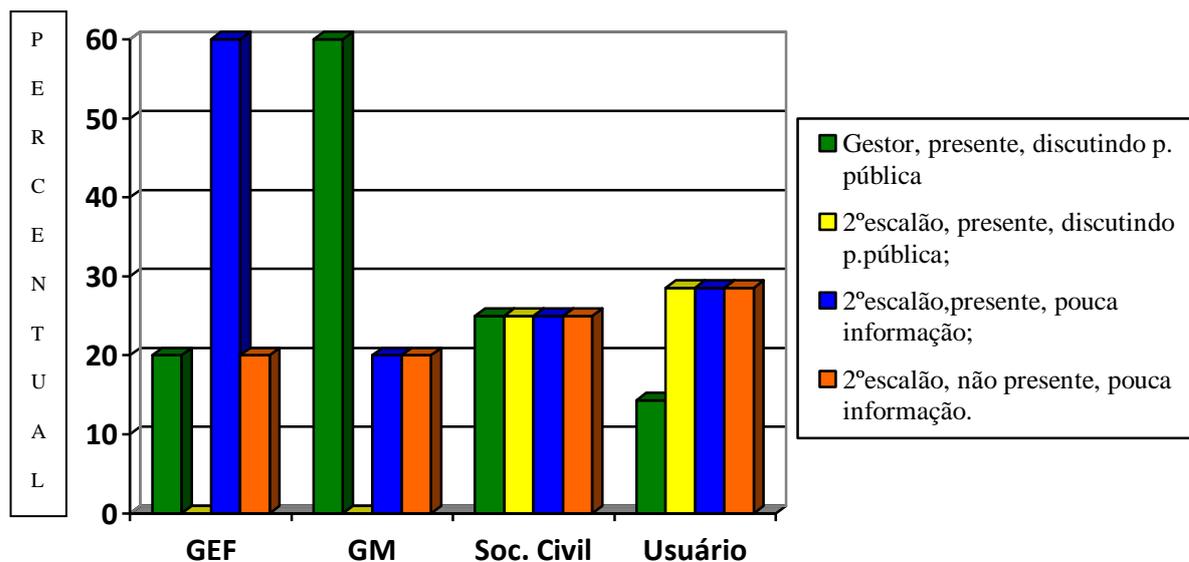
ocupação de solo, nas reuniões do Comitê; (não é opção de nenhum representante de gestores)

c) os representantes do Poder Público Municipal no CSBH são, na maioria das vezes, membros do segundo e terceiro escalões e trazem poucas informações, mas são sempre assíduos nas reuniões do Comitê (opção principal entre GEF, 60%);

d) os representantes do Poder Público Municipal são, na maioria das vezes, membros do segundo e terceiro escalões, trazem poucas informações, e nem sempre estão presentes nas reuniões do Comitê; (opção com maior índice entre os Usuários, 28,57%).

Observe-se a representação gráfica comparada no Gráfico 12:

Gráfico 12 – Participação do município: respostas comparadas por segmento. CSBH do Salgado, Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

É interessante observar que os gestores municipais (GM), ou 60% deles, marcando a melhor opção para sua representação; a resposta “a” destaca o grupo como representado por *gestores, presentes e discutindo as políticas públicas*. No segmento dos gestores estaduais, entretanto, os representantes municipais são vistos pela maioria (também 60%) como *presentes, mas pouco informados e sem poder de decisão*. A comparação mostra a autoimagem dos representantes dos gestores municipais, e a visão que os usuários têm deles, por sua vez, é reveladora: a opção “a”, marcada pela maioria dos membros do segmento gestores, foi escolhida por menos de 15% do segmento de usuários. A sociedade civil

equilibra os índices deste quesito: todas as opções foram tomadas com o mesmo índice, 25% das respostas.

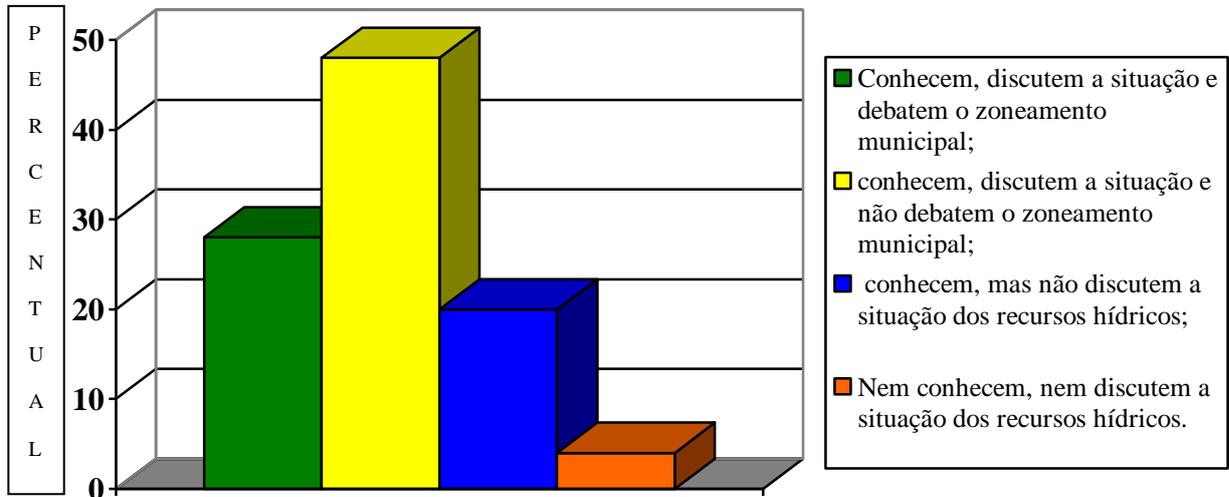
Seguindo a orientação expressa pelas entrevistas abertas, onde se destaca uma cobrança de mais participação do Poder Público Municipal, a pesquisa destinou mais uma pergunta do questionário ao relacionamento do Comitê com o Poder Público Municipal, mas, desta vez, voltando-a ao todo e não à parte; faz-se a análise da participação do colegiado em discussões de assuntos que deveriam, ou poderiam, ser trazidos ao grupo pelos gestores municipais. Observe-se.

Acerca das iniciavas de participação do Comitê na vida da bacia hidrográfica, pode-se dizer que:

- a) o comitê, e/ou as comissões gestoras, conhecem e discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia; participam dos debates sobre projetos de zoneamento municipal, apresentando sugestões em relação ao resguardo de mananciais, manutenção de mata ciliar, destinos de lixo e esgoto etc; (28%)
- b) o comitê, e/ou as comissões gestoras, conhecem e discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia, mas não participam dos debates sobre os projetos de zoneamento municipal, apresentando sugestões em relação ao resguardo de mananciais, manutenção de mata ciliar, destinos de lixo e esgotos, etc; (48%)
- c) o comitê e/ou as comissões gestoras, conhecem, mas não discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia; nem interferem nos debates sobre zoneamento municipal e destinos de água e esgoto, etc; (20%)
- d) o comitê e/ou as comissões gestoras não conhecem nem discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia, etc; (4%):

A representação gráfica das respostas sobre participação do Comitê na vida da Bacia pode ser observada no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Participação na vida da bacia hidrográfica. CSBH do Salgado, Ceará



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

Mesmo com o segmento dos gestores municipais sendo responsável, na prática administrativa, pelo zoneamento municipal, que tanto influencia a preservação ou degradação dos recursos hídricos, os resultados das respostas, por segmento, não exprimem padrões conflitantes em nenhum segmento específico.

Tabela 3 – Participação na vida da bacia hidrográfica: gráfico por segmento. CSBH do Salgado, Ceará.

SEGMENTO	Resposta a	Resposta b	Resposta c	Resposta d
Gestor Estadual e Federal – GEF	40,00%	40,00%	20%	–
Gestor Municipal – GM	20,00%	60,00%	–	20%
Sociedade Civil	25,00	62,50%	12,50%	–
Usuários	28,60	28,60%	42,80%	–

Fonte: Elaborada pela autora (2013)

Lembrando:

- a) o comitê, e/ou as comissões gestoras, conhecem e discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia; participam dos debates sobre projetos de zoneamento municipal, apresentando sugestões em relação ao resguardo de mananciais, manutenção de mata ciliar, destinos de lixo e esgoto etc. (empata em 40% com a opção b entre os GEF);
- b) o comitê, e/ou as comissões gestoras, conhecem e discutem a situação dos

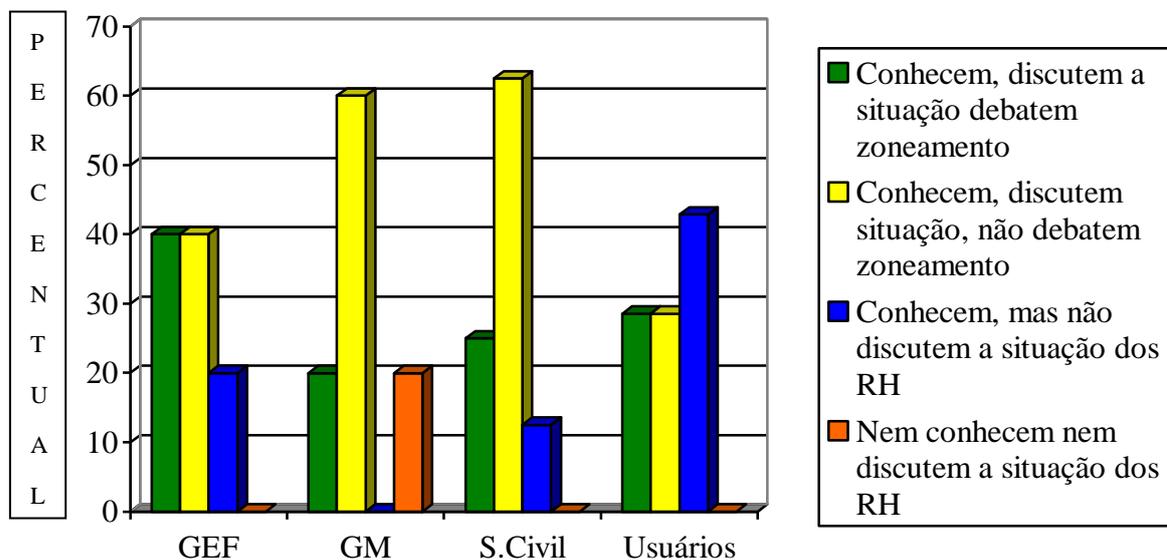
mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia, mas não participam dos debates sobre os projetos de zoneamento municipal, para apresentar sugestões em relação ao resguardo de mananciais, manutenção de mata ciliar, destinos de lixo e esgotos, etc. (maior opção entre os representantes da Sociedade Civil, 62,5%);

c) o comitê e/ou as comissões gestoras, conhecem, mas não discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia; nem interferem nos debates sobre zoneamento municipal e destinos de água e esgoto, etc.(maior opção entre os Usuários, 42,80%, não pontua entre os GM);

d) o comitê e/ou as comissões gestoras não conhecem nem discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia. (só foi marcada por GM e com apenas 20%) ;

Observe-se a representação das respostas no Gráfico 14:

Gráfico 14 – Participação na vida da bacia hidrográfica: respostas por segmentos. CSBH do Salgado, Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

4.3 O SEGMENTO E A COMUNIDADE

O Comitê regula as quantidades de água destinada para os diferentes grupos e usos múltiplos que o envolvem, incluindo as comunidades e toda a sociedade. Não raro, há conflitos de interesses entre segmentos e usos. Sobre isso, porém, os questionários apontam

para uma maturidade dos membros do Colegiado, que, mesmo com variações de índices marcados, declaram-se reconhecedores da importância da preservação, e preocupados com a qualidade da água, em vez em pensarem apenas na quantidade necessária aos usos de seus representados.

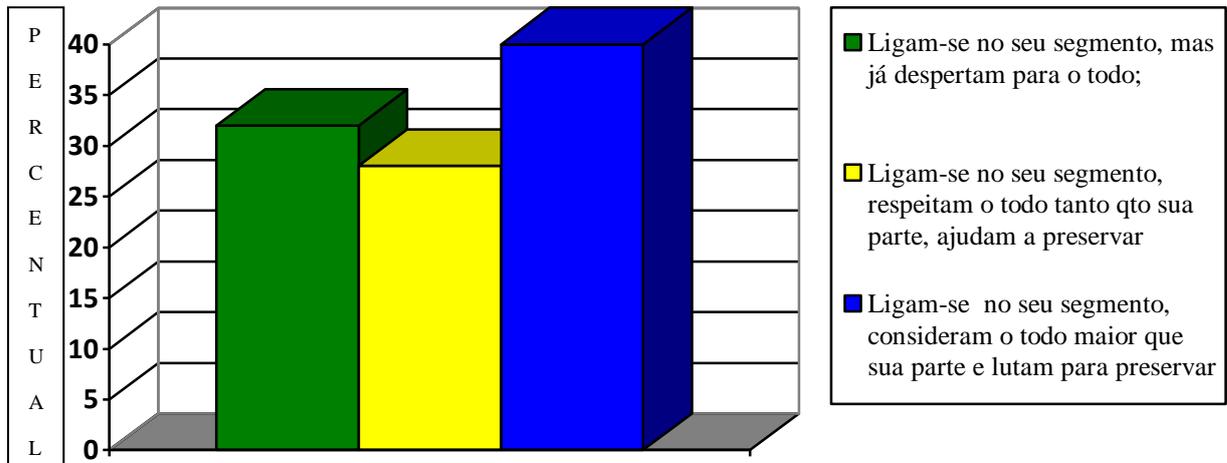
4.3.1 Relação com a água

Sobre a relação entre os membros com interesses opostos, no tocante a água, a melhor afirmativa sobre a realidade do CSBH do Salgado, hoje é:

- a) os membros do comitê ligam-se primordialmente nos problemas relativos à quantidade de água para o abastecimento e o uso nos negócios do segmento que representam, mas já começam a se preocupar com a preservação da qualidade da água; (32%)
- b) os membros do comitê ligam-se nos problemas relativos à quantidade de água para o abastecimento e o uso nos negócios do segmento que representam, mas compreendem que a preservação da qualidade da água é mais importante até mesmo que estes negócios, e atuam junto à sociedade na preservação das nascentes, matas ciliares, nas ações conta a poluição, etc.; (28%)
- c) os membros do comitê ligam-se nos problemas relativos à quantidade de água para o abastecimento e o uso nos negócios do segmento que representam, mas, compreendem que a preservação da qualidade da água é mais importante, até mesmo, que estes negócios, e atuam junto à sociedade na preservação das nascentes, matas ciliares, nas ações conta a poluição, etc. (40%)

Observe-se o a representação visual no Gráfico 15:

Gráfico 15 – Posição de interesses opostos em relação à água. CSBH do Salgado, Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

4.3.2 Representatividade do segmento

A capacidade efetiva de um membro do Colegiado para representar o grupo do qual é membro foi motivo de outra indagação. Como se faz o diálogo representante e representado? Até que ponto este delegado presta contas e recebe orientações daqueles a quem representa? Com que periodicidade isso se faz e até que ponto a instituição tem interesse real em ser ali representada, dando uma efetiva contribuição ao colegiado?

O assunto aparece nas entrevistas abertas, com as considerações exprimindo diferentes ângulos de visão. “A maioria das instituições da sociedade civil e usuários são realmente participativas. As pessoas que estão ali respondem peça entidade. Tudo o que acontece e o que o representante faz é repassado à entidade”, assinala o entrevista B; e cita um episódio como exemplo:

Podemos dar como exemplo o fato de um membro do comitê, que preside uma instituição, nos ter pedido fossemos à comunidade para esclarecer tudo o que estávamos determinando porque ele não conseguia levar a instituição, em detalhes, o que acontecia no Comitê. Daí a necessidade de irmos tirar as dúvidas dos demais membros da instituição. Nós fomos lá, enquanto Secretaria Executiva acompanhada de um membro da Diretoria e ficamos um dia inteiro conversando com a comunidade e mostrando o trabalho do Comitê. (ENTREVISTADO B, resposta 5)

A indagação feita no questionário foi a seguinte:

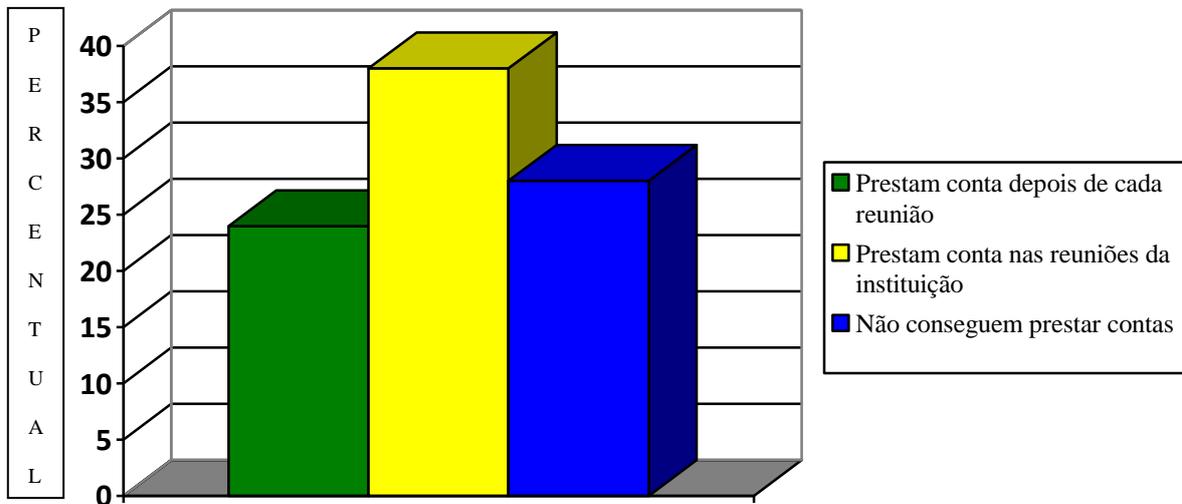
Esta é a opção que melhor descreve como é exercida a minha representação:

- a) Após cada reunião do comitê me reúno com o segmento que represento para fazer o repasse do que ocorreu e receber sugestões acerca do que vai ser

- discutido nas próximas reuniões, ou de pontos de pauta para apresentar;(24%)
- b) aproveito as reuniões da instituição ou grupo que represento para apresentar um panorama das reuniões do Comitê e fazer considerações acerca de como tenho me posicionado e discutir como devo me posicionar; (38%)
- c) não há como prestar contas regularmente das atividades do Comitê ao segmento que represento, mas tenho agido sempre na defesa de seus interesses (28%).

Observe a representação visual no Gráfico 16:

Gráfico 16 – Relação representante e representado. CSBH do Salgado, Ceará.



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

4.3.3 A relação com a comunidade

Em todos os anos, dezenas de trabalhos acadêmicos mostram o desconhecimento da população acerca do papel dos conselhos e comitês setoriais, que, do ponto de vista legal, são as instituições responsáveis pela democracia participativa criada pela Constituição de 1988. Não é muito diferente a situação dos comitês, embora o Comitê de Bacia do Salgado, especificamente, tenha promovido vários esforços com vistas a dar a conhecer a legislação de recursos hídricos em sua área de atuação, incluindo a experiência radiofônica relatada anteriormente.

Os entrevistados reconheceram que o Comitê de Bacia do Salgado não chega a ser conhecido da população em geral, embora tenha uma imagem formada junto a vários públicos, como a academia e os segmentos envolvidos com os recursos hídricos. O entrevistado que representa a Gerência da COGERH no Crato entende que os membros do

Comitê não podem se ocupar da formulação desta imagem, porque não dispõem de tempo para tanto, considerando que não são remunerados pela participação, e assim têm outras ocupações:

O Comitê tem suas limitações. É um serviço relevante, mas para ser executivo há complicações. As pessoas têm ocupações e só podem fazer o que dá... Se pudéssemos... desenvolver uma rede em que o presidente, a liderança maior, posso provocar uma comunicação com diálogos de setores diversos, como entre o Icó e Jardim, por exemplo, seria muito bom). (ENTREVISTADO A, resposta 4).

O entrevistado A entende que iniciativas como a preparação do professor da rede pública para discutir o assunto nas salas de aulas e aprofundar os temas relacionados, inclusive, a atuação de cada órgão do Sistema Estadual dos Recursos Hídricos, seria muito interessante; e sonha com uma capacitação que poderia ser até mesmo virtual, a fim de preparar os professores para inclusão do tema, como transversal, no currículo dos estudantes secundaristas. O professor receberia em termos de conhecimento e titulação (o tempo deveria ser suficiente para contar ponto nas redes municipal e estadual) e promoveria o repasse do conhecimento, fazendo a discussão do assunto:

E a comunidade toda ganharia pelo conhecimento que eles iriam repassar. Seria possível massificar informações relevantes para o bom uso e conservação dos mananciais, para a economia e cuidado com a água, garantindo o interesse de todos, sem um gasto exorbitante, porque todo mundo tem computador, hoje todo mundo usa a internet. (ENTREVISTADO A, resposta 5).

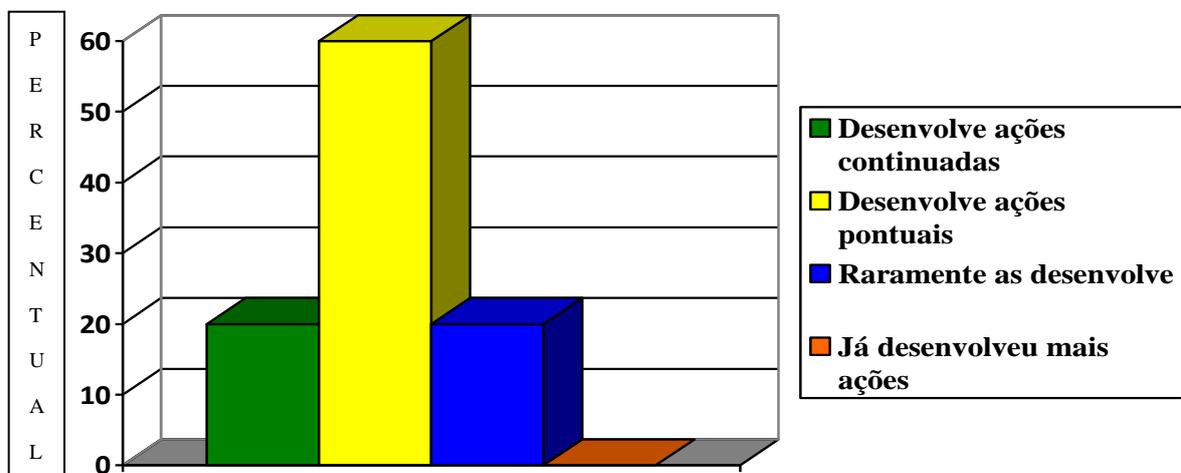
O representante da Secretaria Executiva do Comitê, por sua vez, entende que sua atuação já o tornou conhecido, e, nas pequenas cidades, onde a discussão sobre uso da água é mais efetiva, o CSBH do Salgado já é referência:

Nas cidades maiores o conhecimento é muito pouco, mas nas cidades menores as pessoas conhecem bem. Por exemplo, se você falar em Comitê de Bacia do Salgado em Várzea Alegre, muita gente sabe o que é e o que faz. Já nas cidades como Crato e Juazeiro, só o pessoal das universidades, algumas escolas... (Entrevistado B, resposta 7).

Ele destaca ainda ações como o programa *Comitê nas Ondas do Rádio*, dizendo que “ainda hoje os programas dos sindicatos, na rádios comunitárias, usam partes dessas falas” a série de reportagem feita pelas TVs, com mediação do Ministério Público, mostrando como a lei determina a estrutura do SEGRH, e outras ações, como uma parceria com o Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente para formação de guias mirins do Parque do Fundão, e outras ações junto a ONGs, com boa parceria para projeção da imagem do Conselho junto à comunidade.

Nos questionários aplicados, a maior parte dos entrevistados (60%) entende que a atuação do Comitê na divulgação de procedimento corretos e promoção de debates acerca dos mananciais hídricos é apenas pontual, enquanto 20% considera que o Comitê desenvolve ações contínuas visando a sensibilizar e divulgar os procedimentos para uma correta gestão dos recursos hídricos. Outros 20% dizem que tais ações se dão apenas “raramente”. A quarta opção, expressando sobre o fato de que o Comitê já desenvolveu mais ações neste campo, foi disponibilizada, mas não marcada. Observe a representação visual no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Ações junto à comunidade, visando práticas corretas de uso da água.



Fonte: Elaborado pela autora (2013)

5 CONCLUSÕES

5.1 ACESSO A INFORMAÇÃO COMO PONTO FRÁGIL

O primeiro eixo deste ensaio investigou o processo comunicativo, partindo da qualidade da linguagem nos diálogos estabelecidos no âmbito do Comitê da Sub-Bacia do Salgado, considerando a tradicional dificuldade dos técnicos e especialistas em traduzirem seu saber para torná-lo compreensível a um público tão eclético quanto o encontrado num colegiado que congrega segmentos opostos, no universo da gestão das águas.

Os resultados apontaram para um esforço do coletivo com vistas a manter linguagem, mesmo no campo das especificidades técnicas, num nível de compreensão que atinge a ampla maioria (96%) dos componentes do grupo. Tanto os que geram como os que acessam o informe técnico, e muito mais estes, desenvolvem exercícios mentais de associação e comparação do saber técnico com o popular, para atingir a compreensão dos assuntos e apossar-se do saber específico que baseia os debates e tomadas de decisão.

Este nível de esforço para acessar o conhecimento é fruto de uma série de ações, desenvolvidas pelos membros do Colegiado e pelo grupo de apoio, que envolve principalmente a Secretaria Executiva e a Gerencia Regional da COGERH. Tem seu ponto forte no acesso a novos saberes, buscados em cursos especiais, capacitações e ambientes de discussões, acompanhamento de fóruns e visita a obras hídricas, além da decisão de estreitar contato com a academia e os formadores de opinião, como professores de vários níveis educacionais.

Ao contrário da vitória que se obtém contra o tecnicismo na linguagem, a democratização da informação é objeto de entraves e é uma barreira para a prática do debate profícuo dos assuntos pertinentes à gestão dos recursos hídricos na Sub-Bacia do Salgado. Entrevistas e questionários detectaram o fato de que a informação não é partilhada o quanto o Colegiado pretende. Uma maioria considerável, 64% do total, entende que técnicos ou gestores retêm informações, no lugar de dar acesso completo a elas, sendo interessante observar que é maior o número dos que creditam ao técnico a responsabilidade pelo fato de reter esta informação.

O acesso à informação passou a ser garantido por lei no Brasil, mas, conhecimento é poder e, enganam-se os que pensam que alguém abre mão de uma fatia de poder e partilha a informação para dar origem a um processo de comunicação respeitoso e promotor de mudanças, se não for instado a isso. O mesmo se aplica ao aprofundamento das

discussões e definições em relação a temas de pauta, que não chega a ser objeto de tentativa de tutela, mas ainda assim está longe de representar uma autonomia real. Para tal análise, destaque-se também o fato de que a discussão do Plano de Bacia não atinge o nível de um debate capaz de pautar propostas e sequer fazer mudanças mais significativas.

5.2 Dificuldades com o Poder Público

É possível detectar uma dicotomia real entre o grupo dos representantes de usuários e sociedade civil e o grupo que representa o Poder Público. Os primeiros têm maior representatividade e buscam aprofundar a discussão, torná-la dialógica e *empoderar-se* como Comitê e instituição à qual se ligam. O segundo, composto não raro de técnicos interessados no assunto e capazes de subsidiar o grupo com contribuições efetivas, esbarra na falta de representatividade. Não é raro testemunhar, por parte de representantes governamentais ligados ao Estado e à União, declarações dando conta do descompromisso da instituição que representam em relação ao Colegiado, como se dela não fossem parte.

Na prática, esses representantes não têm poder de decisão em suas instituições, por mais interessados que se mostrem e realmente o sejam. Um chefe de setor não decide por um secretário e mesmo um secretário não é, na maioria das vezes, capaz de assumir compromissos pelo Gestor Municipal. Uma leitura da Entrevista 1, Resposta 7, em apêndice a este ensaio, ajuda a entender isso, quando o entrevistado afirma que a maioria dos gestores não é capaz de medir a importância do Comitê. A experiência de observação desenvolvida no Comitê, embora breve, corrobora esta opinião.

Os resquícios do autoritarismo no Brasil são tangíveis, da estrutura familiar até as práticas políticas e o fato de um fórum para discussão e deliberação passar a compor uma estrutura legal não vai reconstituir a práxis como por um passe de mágica. A tradição histórica brasileira é frágil em relação a uma consciência participativa, e a experiência de opressão se manifesta em ditos populares tais como “manda quem pode; obedece quem tem juízo”. Gestores não costumam consultar a população acerca de suas necessidades, nem sequer prestar-lhes contas do que planejam ou executam e os que permitem as delegações não costumam tomar as contas dos delegados, principalmente em termos políticos.

Uma mudança nesta estrutura acontece, mas é sabido que muito lentamente. Quem refletir, num exercício hipotético, sobre as vantagens que haveria na participação dos gestores nos debates do Colegiado, chegará à proposta ideal de garantir que as obras públicas realizadas na área de uma bacia sejam objeto de análise, pelo Comitê, na fase de planejamento

e discussão, em vez de quando já estão decididas e até iniciadas. Os Planos de Bacia poderiam ter uma participação conjunta, onde consórcios para distribuição de água, destino de lixo, até usinas de reciclagem, por exemplo, fossem decididos em conjunto, num colóquio envolvendo também os conselhos de meio ambiente, onde existissem no nível municipal. O que é apenas conjectura pode, e está sendo legalmente intimado a mudar.

Esta contribuição mais efetiva dos gestores viria produzir discussões com um fórum ampliado e montar estratégias que possibilitassem ações em conjunto no que diz respeito aos recursos hídricos para projetos, interligando vários municípios, com ações impactantes para melhoria das condições de vida da população. É importante ter em mente a noção de que as políticas relativas a água e solo dentro dos limites do município se interligam aos demais, considerando que os mananciais hídricos têm as próprias fronteiras, sem observarem a divisão administrativa. Desta forma, é essencial discutir as decisões que envolvem água numa perspectiva dialógica, onde o *estrelismo* político se submetesse à máxima de encontrar a melhor fórmula para atender a população, hoje e no futuro.

Estas discussões, realizadas por instituições que congregam representação de governo no patamar do Estado, técnicos e especialistas de instituições públicas e privadas, com certeza viriam trazer a vereadores e secretários municipais muitos ganhos na hora em que eles fossem participar e capitanear estes debates, em análises futuras, quando de sua aprovação legal. Ainda não é assim, e parece que este é um dos itens onde há de se buscar estratégias mais ousadas para conseguir alguns avanços.

É bem verdade que, do ponto vista do diálogo do Comitê com o Poder Público Municipal, há diferenças e especificidades, considerando que cada administração, com ou sem acento no Colegiado, tem uma atitude própria diante dele. Algumas são bastante descomprometidas, como mostra a resposta do entrevistado C reproduzida no item 4.2.3. Infelizmente, a delegação municipal no Comitê não é essa via de trânsito de informações, para que se dê a abertura de um debate com dimensões e importância reconhecidas legalmente, pois “I - promover o debate de questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação com entidades interessadas;” é a primeira atribuição dada aos comitês pelo Artigo 46 da Lei nº 14.844/2010 do Estado do Ceará.

A ausência de uma representação do Poder Público capaz de estabelecer efetivo diálogo com os demais segmentos, abrir e participar de debates e “falar pelo gestor”, dificulta o fortalecimento do Conselho, e acredita-se que não apenas do que foi objeto do estudo em foco, como também de outros em todo o Estado. Até porque o diálogo é uma ação entre sujeitos ativos, participantes e detentores de autonomia. E desse diálogo sobrepõe-se a práxis

transformadora, aqui já descrita. Conclui-se, pois, no eixo dos relacionamentos com o Poder Público, ser necessário um trabalho que dê ao Comitê maior visibilidades e o credencie junto à população para, por seu intermédio, se fazer pressão em favor de comportamentos mais respeitosos e um diálogo com os agentes se pondo, todos, ao mesmo nível.

5.3 COMUNICAÇÃO DIALÓGICA INTERNA E EXTERNA

O Comitê do Salgado trabalhou a vertente da qualidade da água desde a sua criação, permitindo pressupor que sua relação com a água como patrimônio desta e de futuras relações estaria no patamar de compreensão do fato de que a preservação é mais importante que as necessidades de segmento que cada membro representa. Difícil, todavia é pensar um irrigante defendendo, por exemplo, o controle do uso de adubos e defensivos para garantir melhor qualidade à água; mas pelo núcleo que o representa, já trabalha a preservação dos mananciais por compreender essa importância.

A disponibilidade para um trabalho que busque a mobilização para a defesa desta qualidade de água ainda é incipiente. Entre alguns dos segmentos representados, é possível observar uma atitude proativa, pelo menos no seio do seu segmento, como é o caso de muitos representantes da sociedade civil. Este diálogo com a sociedade, entretanto, nos parece o melhor caminho, não apenas como modo de fazer com que o Comitê cumpra sua função de promover o debate destas questões, mas para ajudá-lo a projetar sua imagem e tornar conhecida sua existência, principalmente suas atividades. Já se caminha nesta trilha; o CSBH do Salgado iniciou a interlocução com o público por meio do *Comitê nas ondas do rádio* e mantém parcerias com algumas instituições de ensino e pesquisa que trabalham essa vertente.

Este diálogo externo – que começa em cada organismo representado, ou seja, com cada qual representando, sensibilizando e promovendo ações no seu segmento, e cresce para outras instituições e campanhas junto ao público – precisa ser fortalecido. Não cabe apenas ao Estado montar programas específicos para tanto, mas ao próprio Comitê, mediante seus entes representados, buscar fórmulas e recursos para fazê-lo, mas não se pode pensar que a instituição gestora das águas possa se eximir do processo; ao contrário, tornando-a membro ativo de um acordo para garantir mais ações junto a população.

O diálogo com a comunidade já foi mais intenso, pelo menos teoricamente, quando se realizava a programação radiofônica, que até hoje é replicada nos municípios, em programação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, como informa o Entrevistado B, mas, entre os conselheiros entrevistados, essa situação passou despercebida, com nenhuma marca

na resposta “d”, da décima pergunta. Há uma posição dialógica nesta vertente, e por meio da Secretaria Executiva, o Comitê mantém também esse diálogo com a COGERH e, muito embora seja sempre necessário esclarecer a quem serve uma Secretaria Executiva, uma interlocução aberta e bem fundamentada só traz proveitos.

Em relação ao objetivo posto neste ensaio, é possível assimilar que a prática comunicativa no CSBH do Salgado não está longe do diálogo que convida à partilha dos saberes e impulsiona à transformação da realidade. Os dados obtidos durante a pesquisa permitem dizer-se que, se as barreiras relativas à tecnicidade da informação e a sua linguagem específica estão sendo vencidas pelos esforços dos técnicos, e muito mais dos membros que têm envolvimento real com o Colegiado, ainda há mais a fazer. O nível de consciência para a garantia de acesso à informação é falho; assim, ainda não se pode considerar dialógica e libertadora a estrutura da comunicação interna no CSBH do Salgado, embora se crie, por via do Colegiado, principalmente dos representantes da sociedade civil e usuários, uma estrutura de participação que se qualifica a obter mais e melhores informações e diálogos respeitosos, capazes de lhes permitir novas atribuições, fazendo prática afirmação de que “aprender é mudar o repertório as atitude” .

6 SUGESTÕES

6.1 MANTER E AMPLIAR O CONHECIMENTO

É possível sugerir uma estratégia de comunicação que imprima a ênfase necessária à democratização da informação e estimule a formação de grupos articuladores para mobilizar os segmentos representados e a população, levando-lhe o conhecimento do Colegiado e suas atribuições, a fim de credenciá-lo como fórum *vivo* para a discussão dos assuntos relativos a recursos hídricos em *toda a sua abrangência*; antes de tudo, havia que se pensar uma estrutura e uma cultura interna de delinear os objetivos mais claramente, buscar apoio em grupos capazes de trabalhar comunicação como base para a mobilização e construir pontes para o diálogo com as distintas instâncias, sempre tendo em foco o potencial de cada representação.

Considerando a rotatividade da representação, que intrinsicamente é voluntária e provisória, e tendo o conhecimento como base para um diálogo dos membros do Comitê com todos os níveis do saber, sugere-se a persistência na oferta de capacitações e, especialmente, de cursos com teores específicos sobre recursos hídricos. Tais cursos podem ser preparados em vídeo e áudio, podendo ser ministrados, inclusive, a distância ou em módulos semipresenciais, com professores de saber reconhecido e boa capacidade didática, capazes de habilitar estes e os membros do Comitê que ainda estão por vir, para o entendimento da linguagem científica e para aprimorar, ainda mais, a capacidade do Colegiado de decidir sobre planos e projetos de uso e preservação dos recursos hídricos.

As aulas seriam trabalhadas com animação, usando a representação gráfica dos fenômenos naturais, de interferência humana e gestão hídrica, para tornar mais fácil sua compreensão, tendo em vista a heterogeneidade na composição do Colegiado. Tal material seria trabalhado para utilização em larga escala, com edições que lhes permitiria penetrar diferentes níveis de saber, e seriam ainda repassados a professores e outros multiplicadores de informação. Neles estariam contidas noções de Hidrologia, Limnologia, Saneamento, Gestão de Recursos Hídricos e de Resíduos, Monitoramento da Qualidade da Água, Contaminação de Mananciais, Mitigação de Contaminação e outras dezenas de temas; um currículo montado com base nas necessidades de conhecimento básico para os procedimentos da gestão.

Outra vertente que não pode ser esquecida é a Legislação na área de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, além do debates sobre os usos da água nas práticas específicas da realidade de cada comissão gestora, com exposições das dificuldades e estudos de casos

exitosos, sempre submetidos a análise dos especialistas. Uma experiência-piloto na qual seria gerado acervo rico para o Estado, e específico para suas necessidades; ademais, a possibilidade real de aproximar a população de um tema importante, apaixonante e cheio de especificidades favoreceria, e muito, este Comitê e os demais, dando condições para o exercício da única forma real de conquistar gestores: a pressão popular.

6.2 DIÁLOGO E MOBILIZAÇÃO

Num nicho do conhecimento bem diferente, sem lhe ser oposto, entende-se da maior valia a persistência do diálogo com o segmento popular através do rádio – um veículo de grande credibilidade, alto nível de interatividade e com um viés de penetração nos meios populares que outros não têm. Sugere-se, neste caso, uma proposta mais ousada e ainda mais popular; com busca de recursos mediada por parceria do Comitê com instituições da sociedade civil capazes de fazer essa captação financeira junto às agências governamentais e com organismos que reúnem rádios comunitárias e estruturas alternativas, como *web rádios* etc. Indica-se uma programação montada em formato de *revista radiofônica*, para facilitar a penetração, sendo bem ao gosto popular: com música, notícias, adivinhações e participações telefônicas, que garantam a interatividade.

A programação seria enriquecida com um momento local, de responsabilidade de cada emissora por meio um voluntário responsável, mesmo no caso de rádio *web*. O foco local é vital para a garantia da mobilização e participação das comunidades, onde a programação é veiculada, principalmente, diante das várias realidades em curso na própria Bacia do Salgado. Considere-se a necessidade de sensibilizar a rede de emissoras alternativas da região e buscar vincular cada programação a uma comissão gestora, que seria o ponto concêntrico das entrevistas e outras matérias de caráter local, que servirão à contextualização do tema comum.

Este modelo de programação, que disponibiliza conteúdos e forma redes mobilizadas para divulgá-los, não é novidade no Brasil, nem mesmo no Ceará, embora perpassa pouco percebido nas áreas das grandes cidades. É utilizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente (ANDI) e o Ministério da Saúde há várias décadas. A Pastoral da Criança é o exemplo mais exitoso de ação continuada e ampliada nesta área, mantendo um programa semanal, o *Viva a Vida*, veiculando por mais de duas mil emissoras no País há mais de 20 anos.

Outra estratégia de comunicação informal que já mobilizou até manifestações populares de grandes proporções são as redes sociais, que devem ser mais bem utilizadas,

inclusive para difusão do conhecimento, principalmente se forem utilizados os procedimentos de animação sugeridos para os cursos e o material sonoro para a utilização radiofônica. A gama de opções para viabilizar a comunicação em modelos alternativos e populares, que tão bem se harmonizam a estratégias de mobilização social é rica e não constitui o objeto desta análise, podendo ser melhor discutida se o Colegiado assim o desejar.

Com tais colocações, espera-se que este ensaio tenha sido esclarecedor e suas sugestões venham a ser analisadas e possam contribuir para a melhor qualidade da comunicação no Comitê do Salgado e em todos os demais.

REFERÊNCIAS

ALLEMAR, A. Soberania e o direito fluvial internacional. **Revista do Curso de Direito**, Uberlândia, v. 34, p. 87-106, 2006. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/511.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

ARANHA, T. Comunicação popular, comunitária, horizontal ou dialógica?: articulações e diferenças entre os conceitos teóricos. In: CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA DE MÍDIA CIDADÃ, 1., 2010, Pato Branco. [Anais...]. Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.docdatabase.net/more-comunica231227o-popular-comunit225ria-horizontal-ou-dial243gica-1126891.html>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

BARBOSA, E. M. Água doce: direito fundamental da pessoa humana. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 58, out. 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3172&revista_caderno=5>. Acesso em: 24 jul. 2013.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a emenda constitucional nº 73 de 6 de abril de 2013. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/3/Constituicao/Constituicao.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19433.htm>. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 24 jul. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Resolução nº 5, de 10 de abril de 2000. Estabelece diretrizes para a formação e funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Disponível em: <<http://www.cnrh.gov.br>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**: Programas de Desenvolvimento da Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Brasil. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.cnrh.gov.br/attachments/PNRH_Vol_1.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

BONI V.; QUARESMA, S J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, jan./jul. 2005.

BOFF, L. **Saber cuidar**: ética do humano: compaixão pela terra. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARVALHO, M. C. A. A. **Participação social no Brasil hoje**. [2002]. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/fsm2002/participacao_polis.html>. Acesso em: 16 out. 2012.

CEARÁ. **Lei nº 11.996 de 24 de julho de 1992**. Disponível em: <http://antigo.semace.ce.gov.br/integracao/biblioteca/legislacao/conteudo_legislacao.asp?cd=427>. Acesso em: 23 jul. 2013.

DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. IN: DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.

DORNELLES, B. Divergências conceituais em torno da comunicação popular e comunitária na América Latina. **E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, v. 9, p. 2007

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Extensão ou comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Ação cultural para a liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FUNES, S. **Informe de misión Banco Mundial**. 2009.

GARJULLI, R. Os recursos hídricos no semi-árido. **Revista Ciência Cultura**, São Paulo, v. 55, n. 4, oct./dec. 2003. p. 38-39.

GARJULLI, R. **Desafios da gestão participativa dos recursos hídricos**. Fortaleza, 2011. Papers distribuídos nas aulas do Mestrado de Gestão em Recursos Hídricos, em setembro de 2011.

GOMES, G. F. O Direito fundamental à água e a Constituição de 1988. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19., 2010, Fortaleza. [**Anais...**]. Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4229.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2013.

HENRIQUES, M. S. (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Pará de Minas: Gênese, 2002.

HENRIQUES, M. S.; BRAGA, C. S.; MAFRA, R. L. M. As relações públicas na constituição das causas sociais: a mobilização como ato comunicativo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 21., 1998, Recife. [**Anais...**]. Recife, 1998. CD-ROM.

HISSA, I A. **Análise da Realidade da Fonte Batateira no Cariri – CE: aspectos econômicos e legais do Mercado de Águas**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

LÜCHMANN, L. H. H. Os conselhos gestores de políticas públicas: desafios do desenho institucional. **Revista de Ciências Sociais Unisinos**, n. 161, jul./dez. 2002.

_____. Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. **Caderno CRH**, v. 21, p. 87-97, 2008.

MACHADO, C. J. S.. Recursos hídricos e cidadania no Brasil: limites, alternativas e desafios. **Ambiente & Sociedade**, v. 6, n. 2, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v6n2/a08v06n2.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2013.

MOROZ, M.; GIANFALDONI, M. H. T. A. **O processo de pesquisa**: iniciação. Brasília: Plano, 2002.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

_____. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados: reelaborações no setor. **Palavra clave**, Bogotá, v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008.

PUNTEL, J. T. **A Igreja e a democratização da Comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1994.

ROMANO FILHO, D. ; FERREIRA, M. M. **Gente cuidando das águas**. Belo Horizonte: Maza, 2001.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALIBA, N. A. *et al.* Conselhos de saúde: conhecimento sobre as ações de saúde. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1369-1378, nov./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/07.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

TADDEI, R. **Os usos da lei e a vida social da legislação hídrica**: notas e reflexões sobre o caso do Ceará: teoria e pesquisa. 2004. Disponível em: <<http://iri.columbia.edu/~taddei/usoslei.pdf>>. Acesso em: 8 ago 2012.

_____. A Comunicação Social de informações sobre tempo e clima: o ponto de vista do usuário. **Boletim da Sociedade Brasileira de Meteorologia**, v. 32, n. 2-3, ago./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.taddei.eco.ufrj.br/SBMET.pdf> ; acessado 2ago2012>. Acesso em: 15 ago. 2013.

TADDEI, R.; GAMBOMGGI, A. L. Marcas de uma democratização diluída: modernidade, desigualdade e participação na gestão de águas no Ceará. **Revista De Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 42, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: <www.rcs.ufc.br/edicoes/v42n2/rcs_v42n2a1.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2013.

TORO, J. B.; WERNWCK, N. M. T.; Duarte, F. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. [s. l.]: UNICEF, 1996.

UNITED NATIONAL CONFERENCE ON ENVIRONMENTAL AND DEVELOPMENT. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ENTREVISTA ABERTA 1

Entrevistado A – Representando a Gerência Regional da COGERH no Crato

As pessoas ligadas a gestão dos recursos hídricos apontam um diferencial na participação do colegiado do Comitê da Sub-Bacia do Salgado. Que diferencial seria este?

R1. São vários fatores. A região tem características muito próprias, oriundas de sua colonização, porque a influência pernambucana fez daqui um berço de cultura e arte popular, dando uma inquietação também em relação ao sistema político;. Pernambuco teve uma cultura privilegiada, com a instalação da primeira universidade em Olinda, para onde se deslocaram muitos intelectuais vindos da Europa, e onde surgiu uma elite cultural que influenciou toda a colonização pernambucana. Também o fato das insurreições, de termos vivido uma experiência socialista como o Caldeirão, tudo isso reflete coletivamente no sentimento da população.

Mas do ponto de vista dos recursos hídricos também há um diferencial precioso. Uma bacia hidrográfica que tem mais de 37% de seu território com as características de bacia sedimentar no meio do semiárido, uma área com microclima diferenciado, com uma situação chuvosa própria e um potencial hídrico subterrâneo razoável, com várias fontes, ou seja, uma geografia com contexto diferenciado do semiárido. Isso faz uma diferença, traz um sentimento ambiental, por conta da fragilidade e da vulnerabilidade dessa bacia – as questões de desequilíbrio pela intervenção humana geram preocupação. E a própria formação das pessoas, tudo gera um cuidado especial com esse recurso natural que é base de tudo: a água.

Como funciona essa ideia de microbacias e comissões gestoras em cada uma delas?

R2. É preciso ir no nascedouro dessa questão. Havia uma preocupação da população da sub-bacia do Salgado com a gestão dos recursos hídricos, dos recursos subterrâneos e a falta de saneamento, que cria vulnerabilidade do aquífero. Isso inquietou alguns segmentos da sociedade. ONGS, a academia e outros setores partiram para uma provocação à Secretaria dos Recursos Hídricos, para uma discussão ampla sobre a problemática do setor na sub-bacia do Salgado. Foi esse, para a COGERH, o diferencial, porque outros comitês, como o do Curu, por exemplo, que foi o primeiro implantado, foram trabalhados por opção da COGERH, que

decidiu implantar e partiu do nada, fez toda a mobilização, o diagnóstico, tudo direitinho. Não porque a população sentisse necessidade disso, ao contrário: a política de Recursos Hídricos era desconhecida, o povo nem conhecia a COGERH. O mesmo se deu com o médio Jaguaribe, por decisão da COGERH também. Não foram eles que pediram a presença da COGERH. Aqui foi diferente.

Depois de uma discussão coletiva, em um seminário com presença da academia, da sociedade civil e de pessoas de renome nacional, como Aldo Rebouças, foram tirados os grupos de trabalho e encaminhamentos. Hoje, 12 anos depois, acredito que todos os encaminhamentos já foram atingidos. Por exemplo, o conhecimento da disponibilidade hídrica – foram dois projetos que objetivaram um balanço hídrico, informações mais consistentes sobre de toda a disponibilidade hídrica. E uma série de conflitos existentes em leitos perenizados, todos praticamente resolvidos. Uma série reivindicações foi atendida, tais como a presença da COGERH aqui, que com dois meses se instalou, e outras colocações.

O seminário apontou uma comissão com vinte membros para interlocução com o Estado. Era o embrião do Comitê de Bacia. Ele era articulador entre a sociedade civil, os usuários e os poderes públicos. Este grupo começou a trabalhar a formatação do comitê, e quando fomos para a Bacia, essa etapa de mostrar o que era o Sistema de Recursos Hídricos, o que era a COGERH (a gente sabe que há uma falha na comunicação, e a imagem da COGERH não é conhecida, diz o entrevistado), fizemos como grupo de articuladores. Nós fizemos visitas a todos os municípios e seguimos na metodologia proposta, nestas reuniões como os grupos de articuladores foi sugerido que a bacia, por suas características de água subterrâneas, superficiais etc., fosse agrupada dentro de uma identidade em microbacias. Foram criadas cinco microbacias, cada uma com seu território de atuação, em média quatro municípios por bacia, e foi sugerido que em cada microbacia tivesse oito delegados – da sociedade civil, dos usuários e dois delegados dos municípios que compõem a bacia – o que perfaz 40 delegados. Os delegados restantes são representações das entidades estaduais e federais, três deles são cativos: SRH, IBAMA e DNOCS, os outros, a microbacia indica a entidade que quer ver representada. E no final a gente soma os votos e elege os órgãos federais.

As microbacias estão funcionando normalmente?

R3. Teoricamente, em estrutura e metodologia, para trabalhar a microbacia, estão montadas. É lá que acontecem os problemas, as demandas e as características daquela área. Por isso, as reuniões deveriam acontecer lá. Os oito delegados poderiam resolver o problema local, para só depois levá-los ao colegiado maior. Um delegado que representa Icó e outro que representa

Jardim não têm uma visão próxima dos recursos hídricos do meio onde atua o ouro, e as reuniões entre eles, regimentalmente, só acontecem duas vezes ao ano. Dentro desta proposta, a microbacia, que é próxima e tem uma visão mais focada, deveria reunir seus delegados em períodos menores, constituir até mesmo um fórum virtual, tipo um grupo de *facebook*, alguma coisa que facilitasse as comunicações amiúde. Eu tenho solicitado do núcleo de gestão que procure encontrar fórmulas que deem condições para esse trabalho do modo como foi proposto, que é muito de uma comunicação mais fácil.

Do ponto de vista prático já ocorreu alguma experiência assim?

R4. Já a gente já fez, em alguns momentos, esse ensaio. Eu não posso avaliar, porque a avaliação deve ser científica, não posso quantificar, mas vejo que tem tudo para ter dado certo. Mas não posso quantificar...

E as comissões gestoras estão trabalhando dentro do proposto?

R. 4.1 As comissões gestoras estão atuando. Acho que dentro da microbacia as comissões gestoras têm assento para o comitê. Acho que os representantes deveriam participar das reuniões das comissões gestoras de todos os corpos hídricos da sua microbacia, seria uma forma de integração. Todos os segmentos que têm alguma ligação com a água daquele corpo hídrico participam da sua comissão gestora. E o comitê tem assento em suas reuniões. Isso vai integrar. O corpo hídrico tem consciência de que compõe uma microbacia, e a microbacia de que compõe o comitê, que é de uma sub-bacia, que por sua vez é parte de uma bacia maior. Quando você falar em bacia do Jaguaribe, é preciso esse exercício de se visualizar que uma água que está na Fonte da Batateira, e a água que está lá em Aracati, tem conexão e precisa ter uma relação de aproximação, e de que o que polui a Batateira pode causar um desastre lá no Aracati.

Essa bacia precisa ter conhecimento de si e dos outros. Esse também foi um diferencial nosso. Há uma rotação grande de delegados. Um representante do Poder Público Municipal passa algum tempo e pode ser substituído; em qualquer segmento pode acontecer isso. Por isso a gente precisava levar ao conhecimento de toda a população da bacia, que pode ser através de formadores de opinião. A gente conseguiu um curso de Especialização em Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, que considero muito boa iniciativa, que foi oferecido a trinta pessoas, ministrado pela universidade, com mais de seis doutores. Pessoas com a maior capacidade vieram para ministrar o curso, e os alunos foram escolhidos por microbacias, sem exigência de que fossem pessoas com conhecimento na área.

Havia até pedagogos, e isso foi muito bom; porque se alguém não entendia completamente as aulas de hidráulica do professor Marco Aurélio, ficou sabendo que hidráulica não é para qualquer um e tem uma enorme importância; vai multiplicar essa ideia de que precisamos sempre de bons especialistas quando a questão for de hidráulica, certo? Hoje essas pessoas sabem e ensinam quando um problema é de hidráulica, e dizem a quem recorrer. Essas pessoas multiplicaram o conhecimento.

Também fizemos parceria com a universidade local, COGERH e URCA, no Alfabetiza Brasil, para repassar noções de recursos hídricos e meio ambiente aos alfabetizando, e foi muito gratificante. A gente articulou grupos entre os usuários de cada reservatório, e formava as equipes de Alfabetiza Brasil, formava as professoras da comunidade, e elas formavam grupos e alfabetizava. Na conclusão do curso de algumas comunidades eu fui, e me emocionei com uma senhora de 74 anos que foi escolhida oradora, quando da formatura da turma. Puxou o discurso e leu; era um discurso normal de quem não pôde estudar porque teve que ir pra roça. No discurso ela contava sua história, que foi uma historia normal que se ouve de outras pessoas que não estudaram porque tiveram que ajudar na roça. E ela afirmava que nunca imaginou que com aquela idade fosse aprender a ler. E nós, que tínhamos articulado a turma, nos emocionávamos quando ela dizia que quando visse uma placa: “É proibido pescar” não precisaria ir procurar alguém para ler a placa. E nós íamos lá durante o curso para explicar sobre recursos hídricos, o que era a COGERH, como preservar, etc.

R 4.2. Eu tive momentos de muita emoção na minha vida profissional. Agora (dezembro de 2012) foi a maior delas, quando a gente perenizou um trecho de 46 km do Rio Salgado, para uma comunidade que estava numa situação mais do que crítica. Levar 100 litros por segundo durante 46 quilômetros foi uma luta de quatro meses. Na hora crucial, quando só tinha lama nos poços, a água chegou. Tudo começou seis meses antes, por decisão do Comitê. A gente não pode subestimar o conhecimento deles: Eles vislumbraram, pela prática, que em novembro a barragem estaria sem água, porque a barragem da qual captavam água estava 25 centímetros abaixo. Como o rio parou de correr cedo e não tinha recarga, eles sabiam que em novembro a barragem estaria seca, e em junho, quando o Comitê se reuniu para deliberar as questões de água do reservatório, mostrar o balanço e o que pode ser usado na plenária do segundo semestre, eles pediram que o Açude Rosário, em Lavras da Mangabeira, tivesse uma abertura da válvula numa vazão um pouco maior para facilitar a chegada da água até Santo Antônio do Bonito, a localidade a que me referi.

O comitê pediu explicações à Secretaria Executiva, nós informamos que o açude estava com boa situação, e que todos os anos tinha uma recarga de praticamente cem por cento, o que não

significava muito problema no aumento da vazão, mas era apenas uma tentativa, porque a chegada da água àquela barragem exigia uma participação efetiva da comunidade, visto que a água não podia ser garantida se a comunidade não vigiasse diariamente; porque quando se lança 46 metros cúbicos de água num leito, num momento de seca, todo mundo vai querer captar para irrigar. E essa água só podia ser utilizada para abastecimento e *dessedentação* animal. Não haveria problema que retirassem água para beber, mas não podia irrigar. Acontece que numa hora dessas, com o gado faminto e a água chegando no rio, o cabra começa a comprar equipamento simples, para irrigar o capim. Era gente comprando e a gente tirando, numa luta que durou quatro meses.

Nem todo mundo acreditava. Muita gente da comunidade não acredita mais; está totalmente abandonada, sente-se órfão e não acredita em nada. Um rapaz diariamente subia e descia o trecho para ver se haviam implantado algum desvio de água. Em fiquei impressionado. Eu pedi para ele fazer isso, porque era o único jeito de evitar o desvio. E ele não tinha nem como aguentar o preço do combustível da moto. E eu não podia prover, legalmente não há como ajudar naquela despesa. Eu ainda tentei uma ajuda pela Secretaria de Agricultura de Icó, porque eles iam economizar muito em carro pipa depois, mas eles também não puderam. Ele continuou e alguém na comunidade ainda ajudou, mas a maioria não acreditava. No dia 25 de novembro a água chegou na barragem, foi de 23 de junho até 25 de novembro Foi uma alegria muito grande, eu vi os cágados pulando das pedras para a água, as pessoas pulando ao ver a passagem molhada vertendo água, os animais e as pessoas alegres, era uma festa. Aquilo me deixou muito emocionado (retomada a emoção).

O comitê participa de ações como a que aconteceu junto às escolas com as turmas de alfabetização?

R4. O comitê tem suas limitações. É um serviço relevante, mas para ser executivo há complicações. As pessoas têm ocupações e só podem fazer o que dá.. Se pudéssemos, depois do seu diagnóstico na pesquisa em curso, desenvolver uma rede em que o presidente, a liderança maior, posso provocar uma comunicação com diálogos de setores diversos, como entre o Icó e Jardim, por exemplo, seria muito bom. Um comitê tem muita capilaridade, uma eleição para a renovação do Comitê, por exemplo, ele envolve cerca de 600 pessoas, para indicar 50 membros; e elas estão nos diferentes municípios e precisariam estar em comunicação mais concretamente.

Você vê um crescimento dos membros do comitê em compreensão e ações relativas aos Recursos Hídricos?

R5. Acho que sim. Eles têm, de alguma forma, contribuído. Talvez o universo que eles possam cobrir não chegue jamais as 920 mil pessoas que estão na bacia. Com relação à ampliação do conhecimento deles como representantes, vejo as rede sociais e as escolas como uma possibilidade concreta para essa discussão. Para isso acontecer, busquei a implantação de um curso para os professores da rede estadual na bacia. Professores de matemática, de biologia, de geografia, de português e todos os professores. Com o curso, eles iam melhorar seu conhecimento na área e repassar para os estudantes. O tema recursos hídricos e meio ambiente é transversal a todos os programas. Na matemática, poderia ser calculada, por exemplo, uma vazão; no português, as redações, depois de uma explanação e ou pesquisa sobre o tema, e assim por diante. Não é instituir uma disciplina “recursos hídricos e meio ambiente”. É dar aos professores conhecimento do assunto e eles seriam multiplicadores.

Os professores ganhariam com uma graduação, que poderia ser até num programa virtual, num tipo de pós-graduação que lhes valeria alguma contagem de pontos para a ascensão funcional, por exemplo. E a comunidade toda ganharia pelo conhecimento que eles iriam repassar. Seria possível massificar informações relevantes para o bom uso e conservação dos mananciais, para a economia e cuidado com a água, garantindo o interesse de todos, sem um gasto exorbitante, porque todo mundo tem computador, hoje todo mundo usa a internet.

E já houve alguma experiência entre os delegados e a população nas localidades onde eles vivem? Por exemplo, junto a escolas, grupos sociais etc.?

R6. Você sabe que os delegados são voluntários, e querem ser delegados, mas têm seus afazeres. Até os membros da diretoria são ocupados e não têm muito tempo disponível. Até para viajar eles não dispõem de tempo. O estado dá condições para a pessoa participar, mas não dá salários, e acho que o pessoal já seria um bom multiplicador se o fizesse no seio do segmento que representa. Mas para um repasse atingindo toda população precisaria mais. Por isso penso em formadores de opinião. Aí seriam a escola ou os meios de comunicação. Um projeto para uma obra hídrica, por exemplo, as pessoas se posicionam sem ter conhecimento mais aprofundado do assunto e isso é muito complicado. Uma geração futura vai precisar dessa água, e eles pensam apenas na terra deles, na comunidade ali no entorno. (na semana da entrevista estava havendo uma grande movimentação entre os atingidos por desapropriação para as obras da transposição de bacia).

Pela sua experiência, como se dá a comunicação do representante com o segmento? Ele realmente repassa o que recebe na reunião?

R7. Não. E isso é outro problema. Nas representações públicas municipais, por exemplo, geralmente vem (como representante no Comitê) o Secretário de Agricultura, do Meio Ambiente etc. Muitas vezes ele não representa realmente o Poder. Na hora em que ele precisa tomar uma posição como Município, o Prefeito não a valida. Não vê a importância do que ele coloca. Até porque também (o Prefeito) não tem formação para isso. Entendo que precisa ser feito um trabalho junto aos órgãos superiores, como a APRECE (Associação de Prefeitos), por exemplo, para que esses dirigentes municipais tivessem sensibilidade no que tange aos recursos hídricos. Na minha dissertação (de doutorado) estou analisando a diminuição da pobreza hídrica das populações difusas e estou sugerindo que todos os municípios da bacia tenham um plano municipal de recursos hídricos. Com esse plano elaborado de forma participativa, envolvendo toda a população do município, ele passa a ser uma ferramenta que servirá para a cobrança da população sobre recursos hídricos.

Aqui no Salgado já tem um mapa de solo numa escala de um para cem mil; se o município tivesse um prefeito mais ousado, faria um mapa de solo de um para 25 mil e poderia planejar bem melhor o aproveitamento do solo e dos recursos hídricos, pois estão casados em termos de ações e reações.

Os membros do comitê têm a noção correta do que representam, para os recursos hídricos, o uso e a ocupação do solo?

R8. Eles já tiveram muitas capacitações, e acho que eles têm essa noção. Ali naquela sala tem pessoas que têm um trabalho de destaque na área em todo o Nordeste. Algumas instituições como a Fundação Araripe, a ACB (Associação Cristã de Base). [aqui há um *comentário da entrevistadora afirmando que eles surpreenderam pela capacidade de assimilar a informação técnica*]. Quanto à capacidade de absorver o conhecimento, até o pessoal de Brasília tem falado isso.

Em termos de segmentos, qual você acha que deveria ser mais bem trabalhado? O de gestores municipais?

R9. Não vejo um segmento em si precisando ser mais bem articulado. Talvez, se a Aprece se responsabilizasse pela capacitação, o segmento dos gestores municipais melhorasse em termos participativos. No todo, entendo que todos devem ser fortalecidos.

APÊNDICE A - ENTREVISTA ABERTA 2

Entrevistado B – Representando a Secretário Executivo do Comitê

O Comitê do Salgado pode ser considerado modelo de comunicação e de participação popular, em relação aos demais, no Ceará?

R1. Sim. Ele tem 50 membros e a média de comparecimento é de 37(significa 74%). E também tenha cinco câmaras técnicas e seis comissões gestoras, o que leva o Comitê, somando o colegiado direto e o indireto, a envolver cerca de 290 pessoas, o que significa um grande comitê.

E com relação ao poder deliberativo, você considera os comitês de bacia proativos? Eles discutem os problemas hídricos regionais e municipais? No caso do comitê do Salgado, ele têm participado, deliberado, ou apenas recebe e delibera?

R2. Isso tem sido uma reclamação constante dos membros o comitê. Eles discutem os problemas, deliberam e às vezes sequer recebem respostas dos órgãos executivos, mesmo que seja uma negativa. Isso acontece com a própria COGERH e a SRH, e com o Governo do Estado mesmo. Os órgãos que deveriam estar dando o maior apoio às deliberações do comitê, como órgãos coparticipantes, não dão a devida atenção.

Do ponto de vista do Plano Estadual dos Recursos Hídricos, o Comitê do Salgado participa das discussões e encaminha proposta? Tem capacidade de ação real dentro deste plano, ou apenas delibera sobre as vazões e a micropolítica de água?

R3. O comitê praticamente só delibera. A própria elaboração do Plano muito ficou a desejar, em termos de Comitê. O comitê não participou de nada à época, mesmo já estando prevista legalmente essa participação. Hoje o comitê delibera sobre o que está previsto no plano e fica só na deliberação, nada é executado; ou o Comitê é sequer consultado sobre elas. Muitas ações dos governos federal e estadual são projetadas e divulgadas sem qualquer consulta ao comitê.

E os governos municipais, na região da Bacia, conhecem e valorizam o trabalho dos comitês? Discutem seus planos de ocupação de solo e águas etc com o comitê?

R4. Honestamente, não. Até mesmo as prefeituras que têm representação no comitê às vezes agem como se o comitê não existisse: realizam eventos, até seminários sobre o tema(Recursos

Hídricos), sem a participação do comitê. Um bom exemplo disso é o da *Semana da Água*: a Prefeitura de Juazeiro, que é membro do Comitê, realizou um seminário sobre “cultivo e gestão de águas”, se não me engano sobre o nome, e nem convidou o Comitê, nem mesmo a COGERH. A gente ficou sabendo depois que o evento foi realizado.

Como se dá a relação entre os membros do comitê e suas instituições? Existe sintonia da instituição com o representante? Há prestação de contas e discussão? Ou você percebe que a representação é apenas de si mesmo?

R5. A maioria das instituições da sociedade civil e usuários são realmente participativas. As pessoas que estão participando ali respondem pela entidade. Tudo o que acontece e o que o representante faz é repassado à entidade. Posso me reportar ao caso de um membro do comitê que preside uma instituição e pediu que nós fôssemos à comunidade para esclarecer tudo o que estávamos determinando, porque ele não conseguia levar à instituição, em detalhes, o que acontecia no comitê. Daí a necessidade de irmos tirar as dúvidas dos demais membros da instituição. Nós fomos lá, enquanto Secretaria Executiva, acompanhada de um membro da diretoria do Comitê, e ficamos um dia inteiro conversando com a comunidade, mostrando o trabalho do colegiado. Isso mostra o interesse e a sintonia do grupo com o trabalho do Comitê.

Há algumas atividades representadas no Comitê que atuam em parceria com instituições de educação ou de comunicação, para tornar o trabalho do Comitê mais próximo e mais compreensível para a sociedade civil? Como o Comitê se mostra à sociedade e interfere nas discussões sobre água, manejo ou meio ambiente? Ou até agora ele não conseguiu fazer isso? Como foi a experiência do Salgado com a radiofusão?

R6. O Comitê teve um programa de rádio, chamava-se Comitê nas Ondas do Rádio. Esse programa foi divulgado em todas as emissoras da bacia. E ainda hoje os sindicatos de trabalhadores rurais, que na maioria têm programas de rádio, transmitem trechos desses programas (produzidos pelo CSBH do Salgado com recursos da Secretaria de Recursos Hídricos/PROGERH). Eram programas de 15 minutos, cujos textos e locução envolviam também pessoas do colegiado. Foram produzidos quatro programas de 15 minutos; depois houve edições seccionando alguns assuntos, no total foram 25 pequenos programas (frutos da separação por assunto), que os sindicatos ainda usam. Parou por falta de recursos, mas o tema ainda poderia prosseguir até hoje.

Houve outra experiência muito proveitosa no ano passado (2012), e desta vez não foi iniciativa nem do Comitê nem da COGERH. Foi uma questão judicial; o Crato teve um

problema muito sério de recursos hídricos com a questão do canal (do rio Granjeiro) que foi devastado pelas cheias. O Ministério Público do Crato (o Ministério Público é, constitucionalmente, o órgão de defesa do meio ambiente) ordenou às emissoras de rádio e televisão da região que realizassem uma série de reportagens sobre água e meio ambiente. Por isso, o Comitê do Salgado foi convidado pela retransmissora da *Globo* para ajudar na produção de seis matérias, que foram divulgadas em nível estadual, e uma delas foi divulgada em nível nacional, no *Globo Ecologia*. Todas essas informações, sobre a Bacia do Salgado e a Floresta do Araripe, foram vistas e absorvidas por muita gente. Além da TV Verdes Mares Cariri, a TV Verdes Vales, do Juazeiro, também produziu programas sobre o assunto. Isso criou um vínculo do jornalismo com o Comitê, o que facilita a divulgação de assuntos da nossa pauta, quando a gente propõe, ou eles têm pauta sobre o assunto.

Você diria que a população em geral conhece o Comitê do Salgado, sabe de suas atribuições?

R7. Nas cidades maiores o conhecimento ainda é muito pouco, mas nas cidades menores as pessoas conhecem bem. Por exemplo, se você falar em Comitê de Bacia do Salgado em Várzea Alegre, muita gente sabe o que é e o que faz. Nas cidades como Crato e Juazeiro, só o pessoal das universidades, algumas escolas...

Você falou em escolas. Há um trabalho do Comitê junto às escolas, para garantir uma divulgação e ações de preservação do meio ambiente e da qualidade da água?

R8. Junto às escolas, não; a gente tem um trabalho, em parceria com o Copam (Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente), de formação de guias mirins para o Parque do Fundão. A gente está capacitando 28 crianças para serem guias turísticos do Parque Estadual do Fundão, aqui no Crato e da Floresta Nacional do Araripe. Esse grupo está sendo muito bem capacitado, conhecendo tudo com foco em água. Eles tiveram inglês relacionado com a água. Toda a capacitação tem foco no meio ambiente e água. Ano passado, como o Comitê do Salgado completou dez anos, a gente realizou um trabalho nas escolas de Juazeiro e Crato.

Com relação à autonomia do colegiado, compare: se ele fosse um filho, seria ainda bebê, criança, adolescente ou já estaria se emancipando?

R9. Eu penso que ele seria adolescente. Na fase rebelde, buscando meios de crescer e não só meios de ser divulgado, de se expandir, como também de meios financeiros. Dentro da Política Estadual de Recursos Hídricos, o Comitê está buscando meios de ter recursos

próprios.

Para você, que tem acompanhado o Comitê desde o início, quais as principais modificações ao longo desses anos?

R10. Quando entrei na COGERH, o comitê já tinha três anos. O que eu noto, e os demais têm comentado, é que o nível de participação cresceu. E eu não digo isso em termos de presença, mas de capacidade de discussão; hoje é bem melhor que em 2005. Hoje na diretoria tanto faz se está um membro de muitos anos de estrada no Comitê ou um que entrou há pouco tempo. Eu acredito que isso se deve ao curso de especialização que foi oferecido aqui. Houve uma especialização, pela Universidade Federal do Ceará (campos do Cariri) com 30 estudantes, e hoje dez deles já são professores, e todos estão multiplicando o que receberam. Além disso, todos os anos são duas capacitações para os membros que estão no colegiado. Isso significa que um membro que está no comitê desde 2005 já recebeu uma dezena de capacitações, já visitou o São Francisco, a empresa que está responsável pelo Cinturão das Águas, o Geoparque. Visita os projetos que a COGERH desenvolve, ou seja, está conhecendo melhor o setor e os assuntos para a discussão.

Alguns conselhos de direito reclamam constantemente da linguagem técnica. Você acha que em termos de comitê há essa dificuldade? O técnico que vocês convidam para o comitê é alertado para essa necessidade de estar atento ao nível do conhecimento dos representantes das instituições?

R11. Os técnicos que a gente busca são sempre pessoas que tenham uma certa facilidade de comunicação. Por exemplo, se a gente traz alguém da FUNCEME, busca alguém com experiência de campo e não apenas pesquisadores ou pessoas que ficam sempre em frente do computador. Mas mesmo assim, o nível (de compreensão dos assuntos técnicos) dos membros do comitê já é excelente. Se eu trago aqui um técnico considerado “top de linha”, durante a palestra ele vai ter que descer ao nível do grupo, porque vai ter que responder as perguntas. O pessoal é exigente, só para quando entende mesmo. Por isso, o técnico tem que desenrolar, e falar de uma maneira que se entenda. O Comitê do Salgado hoje não é composto de membros lagartixas – aqueles que só balançam a cabeça. Ele fica escutando, mas na hora do debate vai lá e pergunta tudo.

E as pautas de reunião surgem no comitê ou são definidas pela Secretaria Executiva?

R12. Dificilmente a Secretaria Executiva coloca um pouto de pauta aqui. Quando coloca é

alguma coisa relacionada à COGERH, que precisa ser discutida pelo Comitê; os tópicos da pauta vêm da plenária, por colocações feitas nas reuniões anteriores, ou através do e-mail.

APÊNDICE A - ENTREVISTA ABERTA 3

Entrevistado C – Representante dos Usuários e membro titular do comitê desde a sua fundação; participou dos debates que o antecederam

O Senhor lembra da Fundação do Comitê do Salgado?

R1. Datas não sei precisar. Mas, lembro que em 2001 eu participei das discussões pela formação do Comitê; aí assumi como membro, pela instituição que a gente representa.

E o que despertou essa participação?

R2. Próximo onde a gente mora tem um reservatório. E tomar conhecimento da política de recursos hídricos nos motivou à participação, e a gente sentiu que tomando parte das discussões tinha oportunidade de fazer alguma coisa para o bem coletivo.

Como foi esse processo?

R3. Bom, a constituição do Comitê foi feita de forma muito participativa. Ele já nasceu da própria sociedade civil. Essa comissão pró-comitê percorreu toda a bacia, todas as localidades, depois desta discussão feita, quando foi instituído o decreto, ele formatou que seria melhor trabalhar a microbacia. Nós somos cinco microbacias, cada microbacia com suas características próprias, e dentro da microbacia é feita a escolha dos representantes por instituição e respeitando os segmentos. Ali se vota, entre si, e os mais votados ficam como indicados e os menos, na suplência. Acho isso uma forma bem construtiva. Uma vez, um rapaz, depois de uma palestra, veio dizer de sua vontade de participar do comitê. Eu expliquei que ele precisava se engajar em uma instituição, porque no comitê ninguém é representante de si mesmo; precisa estar engajado no trabalho de uma instituição.

Hoje, qual o processo usado para o processo de mobilização? O povo dos municípios sabe o que é um comitê de bacia?

R4. Para ser sincero, ainda existe uma distância muito grande da grande maioria da população. Já existe muito conhecimento. A mobilização é feita através de e-mails, de convite direto e a aviso pelo rádio. Olhe, uma reunião como essa [*ocorrida em dezembro de 2012, em Lima Campos*] há a presença de quase cem por cento dos membros – e esse comitê não é qualquer um, tem 50 membros! Acho que tudo isso se deve à eficiência da comunicação.

Agora ainda existem falhas, nem toda comunidade sabe o que é comitê, o que ele faz. Mas, há uma aceitação do trabalho do comitê.

Antes era só COGERH, agora já têm as comissões gestoras, que tratam diretamente com os ribeirinhos, lá nos corpos d'água. Tem câmara técnica, e tudo isso conversa entre si e dá uma maior dinâmica à comunicação de forma geral.

Até que ponto o senhor acha que o membro do comitê entende o saber técnico? E quanto o saber técnico respeita o saber do membro do comitê? Ou o próprio representante se submete ao saber técnico?

R5. O técnico acha que tem conhecimento, parâmetros – pelo menos no caso das alocações – mas, é importante observar que a flexibilidade já existe. Se uma comissão gestora, por exemplo, pede a diminuição ou aumento de uma vazão de reservatório, já se respeita. A gente viu uma demonstração disso hoje: uma comunidade com 95 km de distância, sendo atendida por um reservatório, um açude lá de Lavras da Mangabeira atendendo aqui uma comunidade no extremo do Icó. Isso tudo, graças a uma conversa entre a comissão gestora, a Secretaria Executiva o Comitê. A gente pode dizer que existe ainda uma ditadura das técnicas, porque há parâmetros para serem utilizados, mas o lado positivo é que esses parâmetros, havendo um entendimento, são flexíveis.

Num estudo no Médio Jaguaribe, aqui no Ceará, Renzo Taddei diz que em situações especiais os membros do comitê vão buscar opiniões em outros técnicos, que não os oficiais. O senhor tem conhecimento de casos assim no Salgado?

R6. Eu te dou um exemplo: foi contratado pela COGERH um estudo para dimensionar as vazões dos poços da região do Cariri. E na exposição dos resultados, a Câmara Técnica do Comitê não aceitou as conclusões apresentadas. Nós solicitamos que o grupo fosse a uma reunião da Câmara Técnica e houve um debate muito proveitoso. Isso mostra que o Comitê tem como refutar uma corrente do pensamento técnico, se necessário. Mesmo através de sua câmara técnica, que é composta de pessoas com o saber técnico também, mas não deixa de ser comitê.

Acho que precisamos evoluir, não podemos ficar presos a coisas pontuais. Precisamos que a gestão seja participativa de fato. Isso só vai acontecer quando os gestores públicos tomarem assento e decisões de gerenciarem de fato os seus municípios [*no patrimônio hídrico e ambiental*]. Porque é dentro dos municípios, na microbacia, onde acontecem os problemas, e um município vai passar ao outro um problema, ou uma solução. Se você não tiver um

diálogo entre os gestores municipais, o estado, os comitês, o fórum de comitês e da Secretaria Executiva, não vamos evoluir. É preciso a gente ter essa responsabilidade e essa humildade de saber ouvir os agentes que estão inseridos nas instituições.

Alguns autores que escrevem sobre o assunto afirmam que os gestores municipais não se fazem representar por alguém que tenha poder de decisão. Que o poder público não chega a conhecer os detalhes do sistema, não ouve seu representado sobre os debates no Comitê e o representado não tem poder de decisão. É assim ou não?

R7. Acho que tem muito mais casos que são assim, do que não. Mas quero pontuar aqui dois casos: a Prefeitura de Aurora é efetivamente participativa e colaboradora no Comitê do Salgado. E a Prefeitura de Barbalha teve uma participação muito importante nesta questão da água subterrânea; inclusive houve reunião lá para fazer as primeiras reuniões. A apresentação do plano de bacia também foi feita lá, e a gente via que o prefeito estava lá, presente.

Mas temos casos de prefeituras em que o prefeito manda qualquer representante, esse não traz nenhuma informação sobre as plenárias do Comitê, e não há retorno entre comitê e prefeituras. É preciso que os representantes dos gestores, e os próprios gestores municipais, reconheçam os comitês como seus parceiros e como fórum para discussão do assunto, e não querer passar à frente, usando um poder político que muitas vezes nem respeita o que é decidido pela comunidade, pois o Comitê é representativo.

Com relação à comunicação interna. Até que ponto é realizado o que o comitê decide? Como se dá essa interação com a Secretaria Executiva e a instância diretora do comitê?

R8. Hoje eu coloquei na *Árvore de Natal [dinâmica dos desejos]* que o meu desejo era a efetivação da política de Recursos Hídricos. O comitê é um parlamento consultivo e deliberativo, não é executivo. Dependemos de um executivo, que pode ou não realizar o que deliberamos: eles alegam o orçamento, há falta do planejamento etc. Veja uma reunião como a de hoje aqui [*a última do ano de 2012, em Lima Campos*], é riquíssima; quem vai decidir a concessão produziu vários requerimentos, agora, muitas vezes, nem resposta recebemos, mas todo o material é encaminhado à instituição pertinente. A mesa não deixa de dar encaminhamentos aos requerimentos mesmo assim, respeitando a posição do delegado, que é representativa. Mas temos que ter em mente que o nosso trabalho é de gestão de água, e às vezes a gente confunde com outra gestão e extrapola a ação do Comitê.

Com relação à outorga, por exemplo, que é gestão de recursos hídricos, eu não tenho lembrança, e já são mais de dez anos no Comitê, de ter visto passar por aqui sequer um pedido

de outorga; nem pra questão de conhecimento. Apesar de estar na lei, tanto na Lei nº 11.966 como na Lei nº 14.844, que dá como uma das prerrogativas do comitê a discussão sobre outorga, apesar de o executivo, através da Secretaria (SRH) é que vai discutir. Agora eu acho que o comitê deveria discutir outorga, ver prós e contras, mesmo com a decisão sendo da Secretaria, entende? Porque se a gente é responsável pela alocação [*decisão sobre as quantidades de água liberadas pelos reservatórios que perenizam rios no semiárido*], por que não ficar sabendo sobre as indústrias, as empresas e irrigações que querem se instalar para usar essa água? Até porque o Comitê tem uma larga representação dos diferentes segmentos. A alocação é discutida, mas a outorga não; se uma indústria vai se instalar na área do comitê, ela pede outorga a Secretaria. A COGERH dá um parecer técnico, e eu defendo que o Comitê também tome conhecimento e dê seu parecer, tendo inclusive uma câmara técnica de outorga, que se manifeste; nós acreditamos que eu breve isso passe a acontecer.

Tem mais alguma coisa que o senhor queira falar, como por exemplo o crescimento que você observou numa pessoa participando do Comitê?

R9. Eu daria meu próprio exemplo. Tudo que eu sei sobre o assunto aprendi aqui, não falo com orgulho, mas com honra. Hoje nós participamos do colegiado coordenador do Fórum de Comitês de Bacia do Brasil; do Fórum Estadual, hoje coordenando até a próxima eleição [*realizada em abril de 2013*] e somos membro do CONERH (Conselho Estadual de Recursos Hídricos) como suplente. E fomos vice-presidente do Comitê do Salgado durante seis anos – quatro como vice e dois como delegado. Foi minha também a ideia do programa Comitê nas Ondas do Rádio, que depois foi transformada em realidade com participação da Fundação Araripe.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO FECHADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
QUESTIONÁRIO APLICADO NO CSBH DO SALGADO
COMO PARTE DA PESQUISA DA ALUNA INÊS PRATA GIRÃO

<i>CSBH do Salgado</i>				
<i>Identificação do Conselheiro</i>				
<i>Segmento:</i>	<i>Gestor Municipal</i>	<i>Gestor Estadual ou Federal</i>	<i>Sociedade Civil</i>	<i>Usuário</i>
<i>Idade:</i>	<i>Menos de 25</i>	<i>25 a 40</i>	<i>40 a 60</i>	<i>Mais de 60</i>
<i>Grau de Instrução</i>	<i>Ensino fundamental</i>	<i>Ensino médio</i>	<i>Ensino superior</i>	<i>Pós-graduação</i>

Eixo I – EM RELAÇÃO À COMUNICAÇÃO ENTRE TÉCNICOS COM OS MEMBROS DE COMITÊ:

1. Como você classifica as informações que as equipes técnicas da secretaria executiva ou convidadas disponibilizam para os membros do comitê, em relação à linguagem:

- a) são importantes, de fácil compreensão e, nas explicações, o pessoal técnico procura falar uma linguagem acessível;
 - b) são importantes, de difícil compreensão, mas o pessoal técnico procura falar uma linguagem acessível;
 - c) são importantes, de difícil compreensão e a linguagem técnica dificulta ainda mais a compreensão;
- mesmo quando são de fácil compreensão, a linguagem usada pelos técnicos, por ser diferente da minha, me deixa confuso(a).

2. Como você classifica as informações que a equipe técnica e convidados disponibilizam para os membros do comitê, em relação ao acesso:

- a) os técnicos nos passam todas as informações que têm, mas o gestor retém muitas informações;
- b) Os técnicos nos passam informações básicas gestor sobre o assunto em debate, retendo outras informações que receberam do;
- c) os técnicos e gestores repassam todas as informações sobre o assunto em debate e tudo o que está relacionado com ele.

3. Como você classifica o nível de participação e a corresponsabilidade dos membros

do comitê nas discussões que se dão durante as reuniões:

- a) Os assuntos da pauta são escolhidos pelo colegiado, havendo tempo para discussões, inclusive dos pareceres técnicos a serem analisados, e os esclarecimentos são suficientes;
- b) Os assuntos da pauta são escolhidos pelo colegiado, mas as discussões não se aprofundam e os esclarecimentos não são suficientes para que todos compreendam plenamente o assunto;
- c) Os assuntos da pauta são escolhidos pela Secretaria Executiva com pouca interferência, mas os esclarecimentos são suficientes para que todos compreendam plenamente o assunto;
- d) Os assuntos da pauta são escolhidos pela Secretaria Executiva, há pouca interferência, e os esclarecimentos não são suficientes para que todos compreendam plenamente o assunto.

Eixo II - A COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO; A CAPACIDADE DE INTERAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÊ ENTRE SI, COM A SECRETARIA EXECUTIVA E COM O PODER PÚBLICO;

4. Como você vê o aprofundamento das discussões e a capacidade dos membros em compor propostas que sejam corretamente elaboradas e encaminhadas, vindo a atingir o objetivo desejado:

- 1. As propostas dos membros, na maioria dos casos, são discutidas quanto à sua pertinência e oportunidade; são votadas e só são encaminhadas ao gestor e/ou instituições depois de analisadas e definido o órgão e/ou a instituição que trata do assunto;
- 2. as propostas dos membros são discutidas apenas quanto ao encaminhamento;
- 3. em respeito ao proponente, os requerimentos e outras propostas internas não são, na maioria das vezes, objeto de uma discussão que pretenda melhorar sua pertinência ou viabilizar um encaminhamento correto ou objetivo, em respeito ao proponente.

5. Analisando a comunicação do Poder Público com o Comitê, pode-se dizer que:

- e) as propostas de intervenção do poder público, relacionadas ao uso da água e do solo nesta bacia hidrográfica são trazidas para conhecimento do Comitê ainda na fase de estudos;
- f) as propostas de intervenções do poder público na bacia hidrográfica são formuladas oficialmente e trazidas para conhecimento do Comitê, na fase de licitação;

- g) as propostas de intervenção do poder na bacia são formuladas e chegam ao conhecimento do Comitê quando sua execução está sendo iniciada.

6. Sobre a participação dos gestores municipais no Comitê e seu reconhecimento do Colegiado como local para discussão das providências para garantir a qualidade e disponibilidade da água, você diria que:

- a) Os representantes do Poder Público Municipal no CSBH são, na maioria das vezes, gestores das secretarias que tratam da água e do meio ambiente; estão presentes às reuniões, discutindo ali as políticas públicas relativas a estes assuntos;
- b) os representantes do Poder Público Municipal no CSBH são, na maioria das vezes, membros do segundo e terceiro escalões administrativos, mas estão sempre presentes, falam pelos titulares com capacidade de decisão e discutem as políticas públicas relativas a água e ocupação de solo, nas reuniões do Comitê;
- c) os representantes do Poder Público Municipal no CSBH são, na maioria das vezes, membros do segundo e terceiro escalões administrativos, trazem poucas informações sobre as políticas públicas de água e ocupação de solo, mas são sempre assíduos nas reuniões do Comitê;
- d) os representantes do Poder Público Municipal no CSBH são, na maioria das vezes, membros do segundo e terceiro escalões administrativos, trazem poucas informações sobre as políticas públicas de água e ocupação de solo, e nem sempre estão presentes nas reuniões do Comitê.

7. Acerca das iniciavas de participação do Comitê na vida da bacia hidrográfica, pode-se dizer que:

- a) o comitê, e/ou as comissões gestoras conhecem e discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia; participam dos debates sobre projetos de zoneamento municipal, apresentando sugestões em relação ao resguardo de mananciais, manutenção de mata ciliar, destinos de lixo e esgoto etc;
- b) o comitê, e/ou as comissões gestoras conhecem e discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia, mas não participam dos debates sobre os projetos de zoneamento municipal para apresentar sugestões em relação ao resguardo de

- mananciais, manutenção de mata ciliar, destinos de lixo e esgotos, etc;
- c) o comitê e/ou as comissões gestoras conhecem mas não discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia; nem interferem nos debates sobre zoneamento municipal e destinos de água e esgoto, etc;
- d) o comitê e/ou as comissões gestoras não conhecem nem discutem a situação dos mananciais hídricos, uso e ocupação do solo e as ameaças aos recursos hídricos em toda a área da bacia.

**Eixo III - A COMUNICAÇÃO INTERNA/EXTERNA NO COMITÊ DE BACIA:
RELAÇÕES ENTRE MEMBROS COM INTERESSE DIVERSOS, ENTRE COMITÊ E
SOCIEDADE CIVIL E ENTRE REPRESENTANTES E REPRESENTADOS.**

8. Sobre a relação entre os membros com interesses opostos, no tocante a água, a melhor afirmativa sobre a realidade do CBH do Salgado, hoje é:

- a) os membros do comitê ligam-se primordialmente nos problemas relativos à quantidade de água para o abastecimento e o uso nos negócios do segmento que representam, mas já começam a se preocupar com a preservação da qualidade da água;
- b) os membros do comitê ligam-se nos problemas relativos à quantidade de água para o abastecimento e o uso nos negócios do segmento que representam, mas compreendem que a preservação da qualidade da água tem tanta importância quanto a quantidade, e atuam junto à sociedade na preservação das nascentes, matas ciliares, ações contra a poluição, etc.;
- c) os membros do comitê ligam-se nos problemas relativos à quantidade de água para o abastecimento e o uso nos negócios do segmento que representam, mas compreendem que a preservação da qualidade da água é mais importante até mesmo que estes negócios, e atuam junto à sociedade na preservação das nascentes, matas ciliares, nas ações contra a poluição, etc.

9. Essa é a opção que melhor descreve como é exercida a minha representação:

- a) Após cada reunião do comitê me reúno com o segmento que represento para fazer o repasse do que ocorreu e receber sugestões acerca do que vai ser discutido nas próximas reuniões, ou de pontos de pauta para apresentar;
- b) aproveito as reuniões da instituição ou grupo que represento para apresentar um panorama das reuniões do Comitê e fazer considerações acerca de como tenho

me posicionado e discutir como devo me posicionar;

- c) não há como prestar contas regularmente das atividades do Comitê ao segmento que represento, mas tenho agido sempre na defesa de seus interesses.

10. Como se dá o relacionamento do Comitê com a sociedade civil?

- a) o Comitê desenvolve uma ação continuada junto a instituições como escolas, secretarias municipais ligadas aos recursos hídricos e meio ambiente, ongs, meios de comunicação etc., visando a sensibilizar e divulgar os procedimentos para uma correta gestão dos recursos hídricos. Através de tais ações se torna conhecido e desperta o interesse da comunidade para sua atuação;
- b) o Comitê desenvolve ações pontuais junto a instituições como escolas, secretarias municipais ligadas aos recursos hídricos e meio ambiente, ongs, meios de comunicação, etc., visando a sensibilizar e divulgar os procedimentos para uma correta gestão dos recursos hídricos. Através de tais ações se torna conhecido e desperta o interesse da comunidade para sua atuação;
- c) o Comitê raramente desenvolve ações junto a instituições como escolas, secretarias municipais ligadas aos recursos hídricos e meio ambiente, ongs, meios de comunicação etc., visando a sensibilizar e divulgar os procedimentos para uma correta gestão dos recursos hídricos. Mesmo assim, por meio de tais ações se torna conhecido e desperta o interesse da comunidade para sua atuação;
- d) o Comitê já desenvolveu mais ações neste campo, mas hoje esta atuação é frágil.